



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Juliana Berlinck da Silva

MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Como a integração do *hijab* a indústria da moda promove a resistência política na França e no Reino Unido nos últimos 20 anos

**Brasília
2024**

Juliana Berlinck da Silva

MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Como a integração do *hijab* a indústria da moda promove a resistência política na França e no Reino Unido nos últimos 20 anos

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**Brasília
2024**

Juliana Berlinck da Silva

MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Como a integração do *hijab* a indústria da moda promove a resistência política na França e no Reino Unido nos últimos 20 anos

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Fernanda Luiza Silva de Medeiros

Brasília, 2024

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

Esse trabalho é dedicado a minha vovó, que não está mais comigo, mas sei que está me olhando lá do céu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e a minha irmã por sempre terem me apoiado nas minhas escolhas acadêmicas e terem incentivado que eu fizesse um trabalho sobre um dos assuntos que mais gosto nesse mundo. Também agradeço a minha psicóloga e a minha psiquiatra, porque sem a ajuda delas durante todo esse processo, eu nunca teria chegado ao final. Além disso, minhas amigas foram essenciais nessa etapa da minha vida, visto que elas sempre estavam dispostas a me auxiliar e escutar as minhas angústias. Por fim, esse trabalho realmente não existiria sem a história da minha avó, que infelizmente não pode me acompanhar nesse processo de forma física, mas que está me observando e me abençoando todos os dias.

RESUMO

A moda é uma grande força do sistema internacional, não apenas por causa de seu valor econômico, mas também por toda a sua carga cultural, social e principalmente política. Diante disso, a associação com o feminismo sempre foi um fenômeno presente, originando diversos movimentos e criações singulares que passaram a representar a luta feminina não apenas regional, mas também internacional. Assim, buscar uma ligação com a indústria da moda de países ocidentais se torna uma maneira de reivindicar os direitos das mulheres islâmicas que passam por contextos de violência e discriminação contínua no Ocidente, especialmente na Europa. Sendo assim, perante os cenários de relevância da moda em países como a França e o Reino Unido, busca-se promover uma relação entre essa área e as exigências da população feminina muçulmana, havendo a possibilidade de conquista a partir de um processo de aproximação e combate num campo de destaque para essas nações.

Palavras-chave: moda; feminismo; prestígio; mulheres islâmicas; violência; França; Reino Unido; discriminação; luta.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Marco Teórico	12
1.1 Feminismo islâmico	17
1.2 Moda e lutas sociais: feminismo e pós-colonialidade	23
2 Mulheres islâmicas no Ocidente	33
3 A moda para países europeus: o caso francês e o caso britânico	37
4 A moda, o hijab e a resistência política: A França e o Reino Unido	42
Conclusão	48

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, o mundo está imerso em um contexto religioso conturbado, ao mesmo tempo que não há mais um cenário de inquisição liderado pela Igreja Católica, ou uma Reforma Protestante que busca submergir aspectos considerados imorais da instituição anteriormente citada, ainda vemos situações que demonstram como questões de preconceito e intolerância religiosa se fazem presentes na sociedade atual. Diante disso, um tópico que recebe muita atenção, tanto negativa quanto positiva, são as vestes islâmicas, em especial, o *hijab*, que é o termo mais famoso e muitas vezes utilizado como uma generalização de todos os demais véus.

Perante esse cenário, situações como a proibição do uso de qualquer uma dessas vestimentas em países ocidentais se tornou uma realidade. Dentre esses, pode-se destacar o caso da França, que desde 2004 tem debates políticos sobre questões religiosas que venham a ferir o princípio de laicidade do Estado em ambientes públicos, fato que culminou na promulgação da lei n. 2004-228, em 15 de março de 2004, que proíbe o uso de objetos religiosos, ou que remetem à religiosidade, em locais públicos, escolas e instituições (França, 2004). Além dessa, em outubro de 2010, a lei aprovada n. 2010-1192 dispunha que no território francês, é negada a omissão do rosto em espaços públicos (França, 2011). Com isso, ambas as normas acabam por coibir hábitos frequentes da religião islâmica. Por último, adicionando mais desvantagens à população islâmica, ocorreu a aprovação pelo senado francês, em 13 de abril de 2021, de uma proposta de lei que desaprova o uso dos véus islâmicos para pessoas menores de 18 anos (P3, 2021).

Ao passo que países como França se colocam num papel de proibição de itens e práticas religiosas em público, fato que apresenta a característica de salientar o preconceito e infringir os direitos de liberdade de populações muçulmanas locais, há nações que não regulamentam tais aspectos, sendo um exemplo disso o Reino Unido. No contexto britânico, o país seguia as diretrizes que dizem respeito à liberdade de manifestar a religião de qualquer indivíduo, ou seja, não há a presença de qualquer regulamentação sobre o uso dos véus islâmicos, mesmo ele tendo se retirado da União Europeia no ano de 2020. Entretanto, mesmo nessa situação de certa aceitação perante o *hijab*, ainda há uma antipatia cultural perante o uso dessas vestes, que pode ser revelada a partir de comportamentos velados tanto dos cidadãos quanto do próprio Estado.

Por fim, juntamente com a questão da população islâmica, outro aspecto que abrange

ambas nações é a indústria da moda e vestimentas. O universo da moda global apresenta diversas nuances que dão abertura para discussões e reflexões sobre como as roupas têm um impacto não só na vida dos indivíduos, mas também em estruturas mundiais. Tanto a França quanto o Reino Unido apresentam uma relação muito forte com esse meio, seja porque foram as precursoras de tendências ou por serem o lar de diversos *designers* e marcas influentes.

A partir disso, é possível entender que da mesma forma que a indústria da moda consegue ressignificar símbolos como aqueles ligados à monarquia, por exemplo, ela pode buscar ressignificar o *hijab*, auxiliando na luta pelo reconhecimento das liberdades e direitos das mulheres islâmicas. Sendo assim, o presente trabalho busca realizar uma análise, com o uso da teoria feminista das Relações Internacionais, de como a indústria da moda pode ser uma ferramenta para mulheres muçulmanas reafirmarem sua autonomia e liberdade perante países ocidentais, utilizando assim, os contextos da França e do Reino Unido para tal investigação.

Para isso, a discussão ocorrerá em torno da questão de como a associação do *hijab* ao meio da moda no Reino Unido e na França auxilia na promoção dos direitos e na resistência política das mulheres muçulmanas, levando em conta que um dos cenários apresenta uma regulação que proíbe o uso dos véus, enquanto o outro não apresenta tal aparato jurídico. Dessa forma, busca-se mostrar como é a situação das mulheres muçulmanas no Ocidente, apresentando as diferenças presentes entre os Estados francês e britânico, especialmente no que diz respeito a como o *hijab* é tratado por ambos. Ademais, as perspectivas feministas serão utilizadas para compreender como essas nações tratam a população feminina islâmica, além de analisar como o feminismo se filia à indústria da moda. Por fim, o objetivo principal é compreender como a junção da cultura do *hijab* com o movimento da moda global funciona para o processo de reivindicação dos direitos e liberdades da população feminina islâmica.

Perante este cenário, os principais conceitos da Teoria Feminista serão provenientes das estudiosas Cynthia Enloe, Judith Tickner e Charlotte Hooper. No que tange o feminismo islâmico, as perspectivas de Valentine Moghadam e Lila Abu-Lughod se farão presentes, com a primeira tendo um foco maior na perspectiva iraniana do feminismo islâmico, enquanto que a segunda segue por uma via geral. Em relação ao feminismo no campo da moda, a socióloga e teórica de moda, Monica Titton, será a autora estudada, juntamente com sua parceira de trabalho, a antropóloga Elke Gaugele. Ambas são editoras do livro “*Fashion and Postcolonial Critique*”, uma das obras base para esse trabalho.

Para se alcançar os resultados, será utilizada a metodologia qualitativa juntamente com o estudo de caso, referente aos países França e Reino Unido. Ademais, ocorrerá o uso da pesquisa bibliográfica, principalmente em relação aos trabalhos das estudiosas citadas, em

conjunto com o estudo de documentos oficiais, sendo essas as leis francesas.

A partir dessa delimitação, o trabalho será dividido em cinco partes, com a primeira sendo o marco teórico, onde serão apresentadas as teorias das autoras; o segundo, que abordará brevemente a situação das mulheres islâmicas no Ocidente, abrangendo não apenas os países europeus, mas também outras nações ocidentais; o terceiro capítulo que diz respeito a como a moda é vista na ótica dos países europeus, focando no caso da França e do Reino Unido; e por último, o capítulo denominado “A moda, o hijab e a resistência política: A França e o Reino Unido”, onde as concepções e situações apresentadas nos capítulos anteriores se entrelaçam para guiar a conclusão.

Por fim, esse texto busca trazer uma análise proveniente do campo de Relações Internacionais para aspectos da contemporaneidade, sendo esses a questão da islamofobia, muito ligada a opressão às mulheres muçulmanas, e a indústria da moda, uma área muito poderosa e que é muito investigada por diversos ramos, como a antropologia e a sociologia. Ademais, RI é um meio ligado às atualidades, porém, assim como outras áreas, tem os seus assuntos tradicionais, logo, trazer uma análise relativa ao ambiente da moda para o campo acadêmico tende a abri-lo a novas discussões futuramente, renovando o universo de RI.

1 Marco teórico

A perspectiva feminista de Relações Internacionais surge com o chamado “Terceiro Debate” das Relações Internacionais (Monte, 2012), sendo proveniente do contexto pós-positivista na qual o campo acadêmico passou a viver pós década de 1980. Diante desse cenário, surge a teórica Cynthia Enloe que apresenta os seus conceitos e reflexões sobre o papel das mulheres no contexto internacional, sendo seu livro “*Bananas, beaches and bases*” de 1989, uma das principais obras quando se estuda o feminismo em RI. Assim, Enloe estabelece explicações sobre questões relativas aos papéis de gênero, o Estado, o machismo, dentre outras visões sobre a organização política, social e econômica que permeia a comunidade internacional contemporânea.

Inicialmente, Enloe (2014) afirma que prestar atenção às distintas mulheres presentes na política internacional, sejam elas costureiras da *Tommy Hilfiger*, esposas de agentes da CIA ou militares que trabalham em bases ao redor do mundo, torna os indivíduos mais inteligentes e realistas em relação à conjuntura atual, principalmente se comparado aos *experts* clássicos do campo. Do mesmo modo, a autora sustenta que o patriarcado se coloca como um regime adaptável. De acordo com a mesma, não significa algo “antigo”, mas sim que o patriarcado provém do interesse em privilegiar formas de masculinidade que buscam parecer “modernas” e “inovadoras”, mas que paralelamente mantém mulheres em posições de subordinação (Enloe, 2014). Ademais, outro importante ponto do estudo de Enloe (2014) é a reflexão sobre como o poder do Estado diz respeito não apenas a questões econômicas e militares, mas também sobre como essa estrutura mantém o seu controle nas mulheres, colocando-as como símbolos, consumidoras, trabalhadoras ou na condição de suporte emocional.

Ademais, corroborando com essa linha de pensamento de Enloe, há a cientista política Judith Ann Tickner, que também apresenta sua análise relativa ao feminismo no campo de Relações Internacionais. Com seu artigo “*Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to International Relations*” 2005, autora também discorre que as concepções feministas de RI focam na investigação das características constitutivas dos Estados, destacando a ideia de “Estados de gênero” e como isso implica na vida de mulheres e homens. Conjuntamente, Tickner (2005) apresenta o questionamento central das feministas, que se perguntam se faz alguma diferença o fato da maioria dos líderes de política externa

serem homens e o porquê das mulheres se manterem fundamentalmente irrelevantes em questões que dizem respeito a política externa e militar. Para mais, Tickner expõe que as estudiosas feministas refletem sobre o fato de as políticas externas dos Estados serem legitimadas a partir de ideais masculinos hegemônicos e a razão pela qual a maioria das guerras é travada por homens, além da questão dos estudos se apoiarem nas afirmações de que o gênero não é apenas uma característica que molda a política internacional e a economia global, mas também a própria dinâmica das relações internacionais (Tickner, 2005).

A partir desse contexto relativo ao campo feminista de RI, o primeiro capítulo da obra de Enloe “*Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?*” busca iniciar uma discussão e análise acerca da necessidade de se perguntar “onde estão as mulheres?” nas Relações Internacionais. Assim, autora alega que dar um sentido útil, vulgo um sentido feminista a política internacional, leva-nos a seguir as mulheres em espaços normalmente esquecidos pelos especialistas convencionais, visto que são classificados como áreas “privadas”, “domésticas” e “triviais”. Contudo, de acordo com a mesma, uma discoteca pode ser um local para discutir política internacional, assim como a cozinha ou o armário de alguém.

Ao longo de sua análise, Enloe (2014) argumenta sobre as concepções de poder, buscando responder questionamentos como “quais formas o poder toma? quem o exerce? como algumas imposições de poder de gênero são camufladas para que não pareçam poder? quem ganha o quê a partir dessa imposição de poder de gênero?” (Enloe, 2014, p.9). Dessa forma, Enloe descreve que por trás de diversas atitudes consideradas banais e justificáveis a partir de outros ângulos, sejam eles culturais ou apenas de gosto pessoal, na verdade, seguem uma lógica de poder de gênero, conduta da qual as investigações feministas buscam compreender, e de certa maneira combater, na esfera internacional. Com isso, a teórica enfatiza a necessidade das mulheres compreenderem e externalizarem as expectativas que são depositadas psicologicamente e fisicamente, para que não só as mesmas promovam um movimento de resistência bem sucedido, mas que também consiga gerar questionamentos em outros agentes, tais como comentaristas políticos, que em sua maioria são homens, para que os mesmos enxerguem situações de poder camufladas (Enloe, 2014).

Juntamente com essa proposição, Enloe enfatiza a atuação feminina em alguns movimentos sociais, em especial o movimento sufragista que ocorreu em diversos países ao longo dos séculos XIX e XX, que, além de conseguir institucionalizar o voto feminino em diferentes Estados, revelou-se como um choque nas estruturas tradicionais de poder em nível

internacional. Ademais, de acordo com a autora, circunstâncias de lutas femininas se fazem presentes atualmente, assemelhando-se a esse importante acontecimento :

Hoje, da mesma forma, todos os esforços dos trabalhadores domésticos imigrantes para sindicalizar- e todas as tentativas das trabalhadoras de vestuário e eletrônicos para sair em greve, cada movimento das trabalhadoras de banana para ser ouvido dentro de um sindicato de trabalhadores liderados por homens, cada campanha por um "out" lésbica para ganhar cargo eletivo, toda demanda de mulheres casadas com soldados e diplomatas para seguir suas próprias carreiras, não só tem o potencial de perturbar as normas e papéis de gênero sobre os quais o atual sistema global passou a confiar, mas também expõe onde o poder opera para sustentar o *status quo* de gênero, bem como quem se beneficia do atual *status quo* de gênero. (Enloe, 2014, p.12)

Assim, Enloe (2014) afirma que observar o mundo a partir de olhos feministas leva a contestar tudo que é colocado como natural, inevitável, tradicional ou biológico, questionando se na verdade tudo isso não foi criado. Para a mesma, indagar sobre quem criou algo é uma maneira de revelar quem é dotado de poder sobre aquilo. Paralelamente, a autora também alega sobre como as principais preocupações da *Big Picture** internacional são colocadas como distantes de questões referentes ao universo das mulheres:

Todos os quatro conceitos são de extrema preocupação para aqueles preocupados com o *Big Picture* internacional. Cada uma dessas quatro preocupações- segurança, estabilidade, crise e desenvolvimento- é rotineiramente imaginado para ser divorciado de (não afetado por) trabalho não remunerado e mal pago das mulheres, direitos das mulheres dentro do casamento, a negação da educação das meninas, saúde reprodutiva das mulheres, sexualização e outras formas de violência masculina contra as mulheres, bem como a masculinização dos militares, das forças policiais e dos partidos políticos. O *Big Picture* convencional, ao que parece, está sendo pintado em uma tela encolhida. (Enloe, 2014, p.16)

Além disso, Enloe (2014) provê indagações sobre onde estão os homens perante esse cenário, afirmando que muitos governos se mostram como um “clube dos homens”, nos quais as mulheres são ocasionalmente permitidas de entrar. Diante disso, a teórica destaca como esses homens afirmam e reafirmam a ideia do mundo ser um ambiente constantemente perigoso, discurso que tem como função “reforçar a primazia de formas particulares de masculinidade enquanto subordina a maioria das mulheres e a própria feminilidade” (Enloe, 2014, p.30). Ademais, em conjunto com essa percepção de Enloe, a estudiosa Nora Fritzsche postula mais uma questão relativa à participação feminina na política em seu trabalho “*The Construction of Masculinity in International Relations*” : por mais que nos últimos trinta anos

essa representação tenha aumentado, as mulheres ainda são colocadas como “chefes de Estado ocasionais”, e essa situação “não é suficiente para tornar as mulheres visíveis na política internacional e certamente não é suficiente para garantir que as perspectivas masculinas e femininas sejam consideradas nos processos de tomada de decisão internacional” (Fritzsche, 2011, p. 42).

Ademais, para exemplificar essa visão, Fritzsche utiliza as políticas Angela Merkel e Hillary Clinton, que por mais que tenham se tornado pessoas influentes na política tanto doméstica quanto internacional, sempre foram muito criticadas e questionadas sobre suas capacidades de administração e poder de escolha. A autora também expõe que durante os primeiros anos de carreira política de Merkel, a mesma foi constantemente indagada em relação a sua qualificação, sendo esses questionamentos embasados, principalmente, em razão de seu gênero, ou seja, os apontamentos quase sempre são relacionados ao fato dela ser mulher, e não em relação a sua atuação política (Fritzsche, 2011). Assim, Fritzsche aponta que

Em suma, é muito mais difícil para as mulheres alcançarem e serem aceitas em altos cargos políticos, particularmente onde as decisões de segurança nacional são tomadas e as questões de guerra e paz são discutidas. Em comparação com outras esferas da vida social, como nos setores da educação e da saúde, a esfera da alta política tem se mostrado ainda mais dominadora dos homens. (Fritzsche, 2011, p. 43)

Apontando Fritzsche novamente, a mesma coloca essa ideia de representação de imagens para o ambiente de guerra e combate, normalmente comandados por forças masculinas. De acordo com a autora, e devido aos histórico de ações criminosas nas quais mulheres estão imersas em ambientes de conflito - estupro, sequestro, trabalho forçado, dentre muitos outros - Fritzsche revela que a violência sexual contra mulheres acaba sendo mais aceita do que a violação da honra e do patriotismo por parte dos soldados, ou seja, mais vale cometer crimes de guerra e subjugar a população feminina de um Estado, do que se rebelar contra as demandas de oficiais superiores e governantes da nação (Fritzsche, 2011). Para a autora, esse aspecto feminino da guerra acaba sendo escondido e banalizado; os homens, sejam eles soldados ou políticos, passam a ser o centro das atenções nesses eventos, enquanto as mulheres recebem a imagem de vítimas, passivas e indivíduos expostos a essa agressão masculina (Fritzsche, 2011).

Perante isso, outra questão fortemente apontada por Enloe é a relação existente entre o nacionalismo e as concepções de masculinidade. Dessa maneira, no capítulo “*Nationalism and Masculinity: The Nationalist Story Is Not Over—and It Is Not a Simple Story*”, a autora

pontua que a tradição nacionalista inundou o cenário político internacional durante meados do século XIX, causando a fragmentação de diversos impérios e o surgimento de movimentos separatistas na América do Norte e na América Latina contrários as monarquias portuguesa, espanhola e britânica. Posteriormente, Enloe (2014) declara que a Primeira Guerra Mundial se mostrou um grande campo de validação das ideias nacionalistas, sendo isso manifestado, inclusive, no título que a mesma recebeu de “guerra que daria fim às demais guerras”.

Conjuntamente, a autora mostra que o Tratado de Versalhes de 1919 foi uma reunião dos países vitoriosos lutando para manter seus próprios impérios multinacionais e multiétnicos intactos, ao passo que desmembrou os domínios otomanos e Habsburgo, com a justificativa de direito a “soberania nacional” aos povos que ali viviam. Dessa forma, Enloe (2014) afirma que essa alegação era decorrente da elite política masculina da época, e que foram necessárias uma Segunda Guerra Mundial, movimentos populares anticoloniais e conflitos armados contínuos para obrigar esses impérios remanescentes a se seccionar e reconhecer a soberania nacional dos povos dos quais controlavam. Ao trazer para a contemporaneidade, a autora enuncia que essas perspectivas nacionalistas ainda se fazem presentes no século XXI, não apenas por movimentos separatistas, mas também através de medidas de política externa de governos centrais poderosos.

Diante desses fatos, Cynthia Enloe defende que parte desse sentimento nacionalista surge como uma reação aos “efeitos homogeneizadores da globalização” (Enloe, 2014, p.86), visto que esse fenômeno também é interpretado, por parte de diversos Estados, como uma ameaça a identidade nacional. A partir desse plano de fundo, Enloe (2014) se questiona sobre o lugar do gênero perante o nacionalismo, indagando sobre o que leva a se pensar que os movimentos nacionalistas são criados e geram consequências sem estimar as ideias sobre masculinidade e feminilidade.

Dessa forma, a autora apresenta a proposição que mulheres têm relações distintas com o nacionalismo, com algumas se encontrando no movimento, adquirindo uma nova persona pública e uma participação política, obtendo uma imagem e uma identidade a mais do que apenas mães e/ou esposas (Enloe, 2014). Por outro lado, foi observado que, na prática, diversos líderes nacionalistas e intelectuais de movimentos olham para mulheres apenas como símbolos da nação esculpido a partir do patriarcado (Enloe, 2014). Tais imagens acabam por reduzir a condição de participantes genuínas das mulheres, sendo caracterizadas somente como “símbolos da nação violada, da nação sofrendo, da nação se reproduzindo, da nação em seu estado mais puro.” (Enloe, 2014, p. 87).

Paralelamente, Enloe destaca o caráter exclusivista do nacionalismo, onde o pertencimento a um Estado passa a ser visto como um prêmio, situação que é vivenciada, especialmente, por minorias étnicas imigrantes. Dessa forma, ela argumenta que essas comunidades têm razões para se alarmar quando ideais nacionalistas passam a dominar o debate público e político. Com isso, quando levado para o universo de gênero, Enloe (2014) expõe que muitas feministas acreditam que a aproximação com o nacionalismo deve ser feita de forma cautelosa atualmente, dado que “construir alianças entre os defensores das mulheres em todas as comunidades étnicas e raciais de seu país é crucial para um movimento de mulheres vibrante e sustentável” (Enloe, 2014, p. 88). Assim, Enloe (2014) ratifica fortemente que o nacionalismo não se revela como uma doutrina que agrega as experiências femininas como premissas para compreender como um povo se torna colonizado ou como ocorre uma dominação material e psicológica dos mesmos. De acordo com a mesma, o nacionalismo provém de uma memória, humilhação e esperança masculinizadas (Enloe, 2014).

Em relação a essa ligação entre nacionalismo e masculinidade, Tickner adiciona um importante ponto novamente. Parafraseando a autora Charlotte Hooper, é apresentado que as masculinidades não se classificam apenas como variáveis da cultura doméstica, mas também como um efeito da participação dos homens nas relações internacionais, sendo o combate militar e a administração colonial exemplos de políticas que moldam os homens (Hooper, 2001 apud Tickner, 2005). Além disso, o uso de imagens e significados advindos de diversos códigos e convenções visuais e literárias auxilia nesse processo de influenciar as personalidades masculinas na política mundial. Assim, Hooper, após analisar uma das revistas mais clássicas do estudo de RI, a *The Economist*, conclui que a mesma é saturada por imagens que emanam uma masculinidade hegemônica elitista e mensagens de gênero implícitas, fato que se torna independente da intenção de seus editores e/ou autores (Hooper, 2001 apud Tickner, 2005).

1.1 Feminismo Islâmico

Dentre muitas roupagens que o feminismo contemporâneo adquiri, uma delas se classifica como sendo o “feminismo islâmico”. Diante dessa corrente, sua principal característica se pauta na reinterpretação das fontes religiosas do Islã no que tange os direitos das mulheres, não apenas focando na vida pública, mas também no meio privado. Assim, a autora e socióloga iraniana Valentine Moghadam propõe uma análise e discussão sobre o feminismo islâmico em seu artigo “*Islamic Feminism and Its Discontents: Toward a*

Resolution of the Debate”, publicado no ano de 2002.

Para entender a conjuntura de seu estudo, Moghadam apresenta a Revolução Iraniana de 1979 como um ponto de partida. Tal evento gerou a mudança de uma regime monárquico para uma república islâmica, com diversas transformações radicais ocorrendo nos ramos político e social do país. Para a instituição desse novo regime, uma coalizão de distintos grupos políticos (esquerdistas, nacionalistas e islâmicos) e forças sociais (mulheres e homens das classes médias, da intelectualidade, da classe trabalhadora e os pobres urbanos) foi criada. Essa aliança acabou sendo dissipada em diferentes vertentes políticas, originando uma pequena guerra civil no país que terminou em 1981 (alguns autores colocam seu término em 1983). Dessa maneira, Moghadam (2002) coloca que o Irã teve duas revoluções: uma populista, causando o fim da monarquia no país, e outra que levou a marginalização e erradicação dos esquerdistas e liberais do sistema político, instituindo um regime radical pautado no domínio do clero, na aplicação de leis islâmicas às instâncias criminais e a instauração da obrigatoriedade do uso do véu para as mulheres.

Ademais, a República Islâmica do Irã (IRI), nome pelo qual o país passou a ser identificado, instaurou medidas que diminuíram continuamente o status legal e a posição social das mulheres. Houve a proibição das mesmas de atuarem como juízas, o não incentivo a advogadas para exercerem seus postos e a exclusão das mulheres de áreas de estudo e profissões. O novo regime também focou em uma campanha ideológica que celebrasse os valores islâmicos enquanto menosprezava a imagem do Ocidente, além da constante exaltação dos papéis familiares que as mulheres precisavam assumir e defender o uso do *hijab* como uma peça-chave para a afirmação da sociedade islâmica. Assim

Os efeitos totais da definição de lugar da mulher pela República Islâmica vieram à tona quando os resultados do censo nacional de população e moradia de 1986 foram analisados. Estes incluíram o aumento da fecundidade e do crescimento populacional, um declínio na participação feminina na força de trabalho, particularmente no setor industrial, a falta de progresso na alfabetização e no nível educacional, e uma razão de sexo que favorecia os homens. Claramente, a política religiosa tinha resultado numa posição extremamente desvantajosa para as mulheres; reforçou a dominação masculina; comprometeu a autonomia das mulheres; e criou um conjunto de relações de gênero caracterizadas por profunda desigualdade (Moghadam, 2002, p. 1138).

Contudo, a partir dos anos 90, algumas alterações no regime islâmico do Irã causaram uma inversão nos indicadores de gênero. Primeiramente, ocorreram mudanças internas na ideologia fundadora da República Islâmica, dado que desde décadas passadas, o

país apresentava uma considerável população trabalhadora alfabetizada e escolarizada. Conjuntamente, o Estado passou por um processo de modernização e desenvolvimento econômico, mas que ainda mantinha os papéis das mulheres pouco modificados em relação ao Irã pré-revolução. Dessa forma, com essa onda de desenvolvimento, as expectativas e aspirações da população passaram a mudar, levando a uma certa resistência em relação à islamização extrema. Ademais, os valores e ideias de dois importantes filósofos da República Islâmica, aiatolá Morteza Motahhari e Ali Shariati, tiveram grande influência nesse processo.

De acordo com a autora, “ambos os homens (Motahhari e Shariati) achavam necessário mostrar que o Islã não atrapalhava a educação, o trabalho e a participação das mulheres na vida social nem prejudicava o desenvolvimento pessoal das mulheres” (Esfandiari, 1993, p. 16 *apud* Moghadam, 2002, p.1139), além do fato que Motahhari e Shariati não se opunham à ocupação de cargos de trabalho por mulheres.

Para mais, Moghadam (2002) afirma que a guerra entre Irã e Iraque (1980–88) foi importante para essa flexão do regime iraniano. Essa situação criou diversos cargos públicos que eram preenchidos por mulheres, especialmente nas áreas de saúde e educação. Posteriormente, no primeiro parlamento do IRI, em 1980, quatro mulheres se tornaram membros, com duas dessas, Azam Taleghani e Maryam Behrouzi, sendo futuramente conhecidas como “feministas islâmicas” (Moghadam, 2002).

Ambas as personalidades demonstravam uma mudança e tinham atitudes mais assertivas, de acordo com a autora, além de terem uma linguagem menos específica islâmica e mais alinhada com o chamado “feminismo global”. A própria Maryam Behrouzi admitia não acreditar que toda a mudança social era prejudicial, condenando práticas e tradições, como o patriarcado e atitudes anti-mulher, dizendo que as mesmas foram ratificadas durante muito tempo pelo Islã na região (Moghadam, 2002). Com isso, e a partir desse cenário, no final da década de 1990, um amplo movimento social surgiu no Irã, clamando por reformas na república. Tal movimento era composto principalmente por estudantes, intelectuais e mulheres, que reivindicavam liberdades civis, políticas, direitos e a flexibilização dos controles culturais e sociais do regime.

Em 1997, foi eleito o clérigo liberal Mohammad Khatami, e no ano 2000, as eleições parlamentares tiveram importantes ganhos para os políticos reformistas. A partir desse episódio, o governo iraniano passou a se envolver mais em questões de gênero, com mulheres fazendo parte verdadeiramente da administração política do Estado. Dessa forma, Moghadam (2002) afirma que esse processo foi a primeira vez, desde a revolução, que as mulheres iranianas estavam em altos postos do governo, tendo esse histórico se perpetuado pelos

próximos anos em decorrência das parlamentaristas reformistas eleitas em 2000. Assim, a autora postula que a interpretação dessas modificações políticas, juntamente com as contribuições das ativistas islâmicas estão do centro do debate relativo ao “feminismo islâmico” (Moghadam, 2002).

Para Moghadam, os participantes desse debate são divididos em dois campos: aqueles que exploram as possibilidades dentro do Islã e do IRI referentes aos interesses das mulheres, e o segundo grupo que argumenta fortemente contra a possibilidade de operação de ativistas e estudiosos dentro de uma estrutura islâmica, como o Irã, descrevendo-se como “feministas islâmicas”. Esse último tem seus adeptos argumentando que as feministas islâmicas e seus apoiadores deslegitimam, consciente ou involuntariamente, as tendências seculares e forças sociais (Moghadam, 2002). Ademais, esses postulam que os objetivos do feminismo islâmico são incompremetidos e que não há possibilidade de melhoria no status das mulheres enquanto a IRI estiver em vigor (Moghadam, 2002).

Assim, a autora segue para discorrer em defesa do feminismo islâmico, afirmando que as discussões relativas as mulheres e gênero mudaram o tom na República Islâmica a partir dos anos 90. Tais perspectivas argumentavam que as mudanças ocorridas no país eram incipientes do movimento feministas, mas que mesmo assim, diversas ativistas muçulmanas estavam por trás dessas transformações. Com isso, a autora traz o argumento da estudiosa Parvin Padar (que identifica seus trabalhos com o nome Nahid Yeganeh) sobre o status legal e a posição social das mulheres a partir desse período:

Na frente política [...] devemos nos situar no *mainstream* dos debates e diálogos. Ao fazer nossas alianças e expressar nossas oposições, não podemos confiar em ideias preconcebidas sobre ideologias como o Islã. As forças políticas islâmicas devem ser sempre avaliadas em relação ao cenário político geral (Yeganeh, 1982, p. 70 apud Moghadam, 2002, p.1143).

Juntamente com Padar, a autora declara que as demais feministas islâmicas têm como premissa estabelecer um movimento com diálogo aberto entre o feminismo religioso e o secular (Moghadam, 2002), buscando resolver os problemas das mulheres com o auxílio de quatro pilares: religião, cultura, direito e educação. Diante desse contexto, Moghadam apresenta a historiadora iraniana Afsaneh Najmabadi, um grande nome no estudo do feminismo islâmico.

A historiadora afirma que as ativistas islâmicas passaram a defender a ideia de que a discriminação de gênero tem uma base social, e não divina, e como isso pode auxiliar em novas possibilidades de igualdade de gênero. Ademais, de acordo com Najmabadi, o

feminismo islâmico é celebrado pela sua abertura do diálogo entre feministas islâmicas e seculares, quebrando a antiga divisão entre pensamento secular e religioso, além de estabelecer a possibilidade de criação de uma ponte entre as mulheres muçulmanas e mulheres de minorias religiosas.

Outra figura iraniana importante apresentada por Moghadam é a pesquisadora Nayereh Tohidi, que teve uma mudança na ênfase de seus estudos de gênero a partir dos anos 90. Antes a autora focava na opressão de gênero no Irã, mudando para análises sobre o empoderamento das mulheres muçulmanas e nas possibilidades de reforma dentro do sistema do país. Um ponto que Tohidi defende é a ideia de “barganha com o patriarcado”, conceito criado pela acadêmica Deniz Kandiyoti, que diz respeito à capacidade de renegociação de papéis e códigos de gênero por parte das mulheres. Para mais, Tohidi afirma que “as feministas seculares, democratas e liberais não foram as únicas a contestar a ideologia política do Estado no que tange às questões de gênero” (Moghadam, 2002, p. 1147), dado que diversas seguidoras do Islã tem um importante papel na reforma dos direitos das mulheres no regime islâmico.

Ademais, a autora declara que as mulheres muçulmanas lutam e traçam estratégias contra duas frentes de opressão: o sistema patriarcal interno e as forças consideradas externas que ameaçam as fronteiras nacionais e culturais dos indivíduos (Moghadam, 2002).

[...] o fenômeno recentemente crescente do 'feminismo islâmico, um movimento de mulheres que mantiveram suas crenças religiosas enquanto tentavam promover a ética igualitária do Islã usando os versos de apoio feminino do Alcorão em sua luta pelos direitos das mulheres, especialmente pelo acesso das mulheres à educação (Moghadam, 2002, p. 1147)

Conjuntamente, Tohidi (2002) declara que as ativistas islâmicas perfuram a agenda clerical dentro e fora do Islã de maneiras distintas, seja contornando sutilmente as regras instituídas, “por exemplo, reapropriando-se do véu como um meio de facilitar a presença social em vez da reclusão, ou minimizando e diversificando o hijab obrigatório e o código de vestimenta em estilos da moda” (Moghadam, 2002, p.1147); utilizando-se de reflexões “mais feministas” dos textos fundadores do Islã, evidenciando a ética igualitária do mesmo, reinterpretando Alcorão e desconstruindo regras da Sharia de maneira mais igualitária as mulheres, especialmente no que tange aos termos de controle de natalidade, lei de status pessoal e código de família.

Para mais, convergindo com as ideias de Tohidi, a antropóloga Lila Abu-Lughod

postula conceitos base para a análise em relação ao feminismo islâmico, principalmente no que diz respeito a um dos símbolos mais marcantes do Islã, o *hijab*. A partir de seu artigo “*Do Muslim Women Really Need Saving ? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others*”, Abu-Lughod traz uma reflexão acerca da “Guerra ao Terror” promovida pelos Estados Unidos, e como esse evento, que ainda se mantém nos dias atuais, continua a contribuir para a propagação de uma visão errônea relativa às condições de vida das mulheres islâmicas, colocando-as como vítimas e que necessitam de ajuda para sair desse sistema de opressão.

Diante disso, a autora coloca que os especialistas buscam explicações de cunho religioso e cultural para os regimes repressivos no Oriente, quando deveriam focar em questões históricas e políticas sobre esses fenômenos, analisando também como a presença norte-americana nessas regiões contribui para a instalação e continuidade de governos autoritários. Ademais, Abu-Lughod (2002) afirma que a utilização das mulheres para demonstrar o quão cruéis países com valores islâmicos são, é uma maneira de disseminar políticas coloniais que perpetuam a ideia de que os homens brancos precisam salvar essas mulheres. Dessa forma, a discussão em relação ao que a autora chama de *politics of the veil* entra em voga.

Sobre esse aspecto, ela coloca que discutir e refletir sobre o véu é um tópico central quando se fala das preocupações contemporâneas em relação às mulheres muçulmanas, especialmente no que diz respeito à *burqa*. Primeiramente, Abu-Lughod expõem que a *burqa* nunca foi uma vestimenta introduzida pelo Talibã, como muitos acreditam. A verdade é que essa era uma forma de cobertura já utilizada por mulheres de um grupo étnico específico presente no Afeganistão, os *pashtun*. Ademais, tal peça também fazia parte da cultura do sudoeste da Ásia, dado que se desenvolveu para convencionar a modéstia e a responsabilidade das mulheres (Abu-Lughod, 2002). Conjuntamente, Abu-Lughod (2002) descreve que essas vestes servem como “casa móveis”, visto que permite que as mulheres saiam para espaços públicos, mas ainda consigam se manter longe daquilo que não condiz com seus princípios. Sendo assim, a autora afirma que a *burqa* diz respeito à cultura de uma determinada comunidade e a um modo de vida que coloca a família no centro da comunidade, associando o lar à santidade das mulheres.

Dito isso, a autora enfatiza que a grande questão não é a *burqa* em si, mas o fato da mesma ter sido imposta e ser associada como “religiosamente” apropriada durante o período em que o Afeganistão era controlado pelo Talibã, situação que acabou por minar estilos distintos, tanto populares quanto tradicionais, que eram presentes no país. Dessa forma,

Abu-Lughod postula que não há apenas um tipo de véu, além do fato da sua maneira de utilização estar muito ligada aos significados que cada comunidade compartilha, sendo necessário lutar contra essa interpretação redutora do véu, que os coloca apenas como símbolos de imposição estatal.

Assim, a autora finaliza, declarando que é preciso pensar a liberdade em relação a premissa fundamental de que seres humanos são sociais, criados em comunidades que tendem a moldar seus desejos e compreensões sobre o mundo, logo, seria de grande ignorância colocar a *burqa* como uma obrigação arcaica, ao mesmo tempo que não se deve reduzir as mulheres muçulmanas a apenas uma peça de roupa. No final, Abu-Lughod declara que seria mais interessante se o Ocidente, assim como as feministas, atribuíssem seu foco a problemas realmente sérios, e não ficassem obcecados com a forma com a qual o véu é usado.

Por fim, relacionam com o que Abu-Lughod propõem, e voltando para Tohidi, entende-se que as feministas seculares são distintas das ativistas islâmicas, visto que as últimas estão verdadeiramente comprometidas com os direitos das mulheres, sendo inclusivas, diferentemente daquelas que proclamam que o Islã é fanático e totalitário. Ademais, a "interpretação reformista ou centrada nas mulheres das leis religiosas deve ser considerada não como uma alternativa às demandas seculares e democráticas, mas como um componente de uma mudança social mais holística" (Moghadam, 2002, p. 1147)

1.2 Moda e lutas sociais: feminismo e pós-colonialidade

As concepções feministas passaram a abranger novas questões atualmente, sendo uma delas a moda. Dessa maneira, o meio da moda passou a fazer parte da análise de estudiosos de campos distintos, assim como adquiriu teorias e análises próprias, ao passo que se associa cada vez mais aos campos de sociologia e antropologia, especialmente. Assim, um importante nome para esse estudo é a socióloga e teórica de moda Monica Tilton, que examina fortemente a relação entre moda e feminismo, sobretudo quando se trata de reflexões críticas e pós-coloniais relativas a esse universo.

Desse modo, em seu artigo intitulado “*Afterthought: Fashion, Feminism and Radical Protest*” de 2019, Tilton discorre sobre esse olhar político do feminismo para a indústria da moda, à medida que essa área passou a abranger cada vez mais as causas feministas em seus ambientes tradicionais de atuação, sendo esses as passarelas e a internet, por exemplo. Ademais, a autora expõe que, no contexto atual, a moda está incutida nas políticas contemporâneas, da mesma forma que também é afetada por elas. Para exemplificar essa

ideia, Titton utiliza o cenário pré-eleição de Donald Trump, no qual diversos protestos contra as propostas de campanha do ex-presidente contaram com o apoio do Conselho de Designers de Moda da América (CFDA) e de demais estilistas influentes como, Diane von Furstenberg, Narciso Rodriguez, Zac Posen e Prabal Gurung.

Conjuntamente, Titton (2019) afirma que a conjuntura global atual é incomum, sendo marcada pelo uso da moda como uma expressão de protestos e críticas, na qual tanto passarelas, quanto as próprias roupas fabricadas passaram a comunicar suas discordâncias com as situações políticas atuais caracterizadas por movimentos de extrema direita, autoritarismo e discursos populistas. Sendo assim, para a autora, “a moda não só abraçou o feminismo, como o feminismo também se tornou uma tendência” (Titton, 2019, p. 749). Para mais, a mesma também declara que as abordagens feministas ligadas à moda funcionam como formas de questionamento da lógica do modelo hegemônico anglo-americano e europeu ocidental, assim como incluem realidades e posições antes excluídas, como as das mulheres negras, por exemplo.

Além disso, Titton (2019) faz referência aos argumentos da pesquisadora e filósofa Judith Butler para adicionar mais camadas a sua análise. Assim, a autora destaca os preceitos de Butler nas obras “*Gender Trouble*” e “*Bodies that Matter*”, na qual a mesma afirma que o corpo feminino se tornou uma categoria emancipatória fundamental e se restabeleceu com a moda na Terceira Onda do feminismo. Outro ponto focado por Titton (2019) é como as tendências recentes do feminismo passaram a harmonizar com os valores neoliberais, girando em torno de realizações pessoais, liberdade, auto-aperfeiçoamento e empoderamento de jovens mulheres.

Diante disso, a socióloga salienta que moda e feminismo nunca se excluíram, principalmente porque a moda sempre fez parte de um dicionário de protesto político (Titton, 2019). Para mais, também é exposto personalidades influentes na moda que sempre tiveram uma forte simpatia com o feminismo, como a falecida estilista britânica Vivienne Westwood e a atual designer-chefe da marca Prada, Miuccia Prada, que participou de movimentos estudantis durante sua adolescência, fato que tem grande influência na sua carreira nessa indústria.

Por fim, Titton (2019) argumenta sobre a atual fase do feminismo, que alguns estudiosos tendem a denominar de “Quarta Onda do Feminismo”. De acordo com a autora, essa era tem como ponto de partida os anos 2010 e sua principal característica é o uso das mídias sociais como uma plataforma mobilizadora de campanha popular e reativa. Ademais, o termo “Quarta Onda do Feminismo” já era utilizado anteriormente por acadêmicas feministas,

como a escritora e ativista Jennifer Baumgardner, que utilizava- o para descrever uma pluralidade de discursos feministas contemporâneos que têm em comum o envolvimento com as mídias sociais, característica que revigora as práticas e protestos ativistas, além de incluir novos aspectos como a interseccionalidade das discussões e reflexões. Dessa forma, as manifestações dessa nova onda perpassam temas como a violência contra as mulheres, o feminicídio, os direitos reprodutivos, o assédio sexual, a discriminação em ambientes de trabalho, o racismo de gênero e a desigualdade econômica, com o objetivo de buscar soluções que resolvam tais problemas estruturais (Titton, 2019).

Seguindo com suas teses, agora focando no argumento pós-colonial da moda, Titton exhibe diversos trabalhos que ilustram as análises críticas referentes a indústria da moda em sua obra *Fashion and Postcolonial Critique*, em parceria com a antropóloga Elke Gaugele, publicada também no ano de 2019. Inicialmente, as autoras expõem que ao longo das últimas duas décadas, diversos debates interdisciplinares foram firmados entre a história da moda, antropologia, história da arte e estudos culturais, visando construir uma concepção pós-colonial para as pesquisas de moda. Dessa maneira, Titton e Gaugele argumentam que os trabalhos dos estudiosos Edward Said, Homi K. Bhabha e Gayatri Chakravorti Spivak foram de extrema importância para o andamento desse processo.

Em conjunto com isso, Titton e Gaugele argumentam que os fenômenos dos últimos anos adicionaram mais material para essa noção pós-colonial da moda. Diante desses acontecimentos, as mesmas destacam a necessidade de se analisar as estruturas imperiais de poder, o neocolonialismo e as migrações que ocorrem globalmente, assim como os movimentos antiglobalização presentes. Dessa forma, as autoras estabelecem três postulados relativos à revisão pós-colonial da moda. Primeiramente, essa revisão da moda deve ocorrer a partir da compreensão das premissas imperialistas e colonialistas que perpassam as definições atuais e históricas de moda. Para exemplificar tal ideia, Titton e Gaugele utilizam a premissa da autora Jennifer Craik, que questiona a distinção existente entre moda ocidental e moda não ocidental, além de argumentar que “a moda de consumo se baseia simultaneamente em discursos de exotismo, primitivo, orientalismo e autenticidade” (Gaugele; Titton, 2019, p. 12).

Em seguida, a segunda proposição argumenta sobre uma revisão da história da moda em conjunto com a globalização das histórias da moda e dos vestuários. Sendo assim, as autoras afirmam que nas últimas três décadas, diversos historiadores de moda e figurino buscaram reescrever as histórias da moda, utilizando-se de uma perspectiva crítica que pudesse adicionar novos conhecimentos à história global (Gaugele; Titton, 2019). Assim, Gaugele e Titton (2019) citam as ideias dos autores Sarah Teasley, Glenn Adamson e Giorgio

Riello, que apresentam uma abordagem focada nas interconexões globais que compreendem situações de trocas de poder muitas assimétricas na maioria das vezes.

Por último, a terceira proposta é relativa ao estabelecimento de uma perspectiva pós-colonial para a pesquisa de moda propriamente dita. Sobre essa, as autoras esclarecem que a análise deve abarcar uma compreensão mais ampla da moda, da vestimenta e do estilo, envolvendo uma pesquisa empírica e as concepções de pós-colonialidade, descolonização e globalização. Assim, Gaugele e Titton (2019) expõem que a ideia de “estilo”, a partir do conceito de estudiosos de assuntos culturais, é uma decodificação das relações raciais desde a Guerra, assim como narra a história das rotas migratórias e destaca como as diferentes ondas de migração causaram mudanças nas culturas de vestimenta.

Com essa proposição, os pesquisadores dessa pós-colonialidade da moda analisam a variedade de objetos, seguindo desde o estudo de micro-histórias perante identidades regionais e nacionais, até a investigação sobre culturas migrantes e diaspóricas, passando também pela intersecção entre moda e religião em comunidades imigrantes (Gaugele; Titton, 2019). O objetivo principal passa a ser “reorientar a moda”, criando novos termos e conceitos para se estudar moda em uma sociedade globalizada, transnacional e pós-colonial (Gaugele; Titton, 2019).

Diante dessas concepções, as autoras alegam, perante uma perspectiva histórica, que a moda sempre foi colocada, a partir das ciências sociais, como uma área demarcada por uma linha que divide o “Ocidente e o resto”, compreensão que acabou sendo fundamentada pela expansão dos impérios europeus ao longo do século XIX. Dessa maneira, o fato da moda ser um fenômeno que só poderia emergir no Ocidente “civilizado” forneceu as bases das teorias modernas da moda (Gaugele; Titton, 2019).

Em conjunto com isso, há o conceito de Orientalismo do estudioso Edward Said, que adiciona mais uma camada à reflexão pós-colonial da moda. Sobre isso, explica-se que tal conceito remete a “uma forma de pensamento para lidar com o estrangeiro” (Said, 1978, p. 46 apud Gaugele; Titton, 2019, p. 28), na qual o Oriente é estabelecido como sombrio, não civilizado, exótico e fascinante através da ótica ocidental de diversas áreas acadêmicas (Gaugele; Titton, 2019). Todas essas ideias acabam por fazer parte de uma “geografia imaginária europeia” (Said, 1978, p. 57 apud Gaugele; Titton, 2019, p. 28).

Ademais, a ótica europeia que permeia a moda também recebeu grande influência dos movimentos de intensa migração que passaram a ocorrer a partir dos anos 2010. Entre 2015 e 2016, cerca de 65,3 milhões de pessoas no mundo passaram por um processo migratório forçado (Unhcr, 2016), fenômeno que, de acordo com as autoras, causou mudanças

pragmáticas nas pesquisas e nas teorias de moda, levando a um fenômeno de “etnização” do setor de vestuário, assim como o aumento da fonte de mão de obra para a cadeia de moda global (Gaugele; Titton, 2019). Tal situação provocou reações no meio das performances da indústria, sendo um exemplo a apresentação das coleções de outono/inverno de 2016-17 dos designers da *Generation Africa*, e “a implantação de três solicitantes de asilo na passarela, orquestrada pela Iniciativa de Moda Ética (EFI) do World Trade Center na Pitti Immagine Uomo 89, fato que indicava a aproximação da moda à governança global do ‘complexo do regime de refugiados’ (Gaugele; Titton, 2019, p. 32).

A partir desse fenômeno da migração, Gaugele e Titton trazem o argumento da historiadora Burcu Dogramaci, em seu artigo intitulado “*Fresh Off the Boat: A Reflection on Fleeing, Migration, and Fashion (Theory)*”. Para Dogramaci, a moda funciona como uma prática cultural e artística que reflete a maneira de lidar com a fuga, a expulsão e a migração, logo, os têxteis usados na moda podem se relacionar com essas experiências. Ademais, para a autora, os eventos de translocações, deslocamentos e instabilidades devem ser incorporados a pesquisa de moda, assim como a vivência de modelos culturais e históricos, buscando, inclusive, questionar o conceito de “tradição”, que muitas vezes é utilizado como base para compreender a inovação e a reinvenção na moda (Dogramaci, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019).

Para ilustrar tal concepção, a historiadora apresenta o caso da designer alemã vietnamita Alice M. Huynh em seu projeto de graduação de 2015, denominado “*FRESH OFF THE BOAT*”, onde a mesma referenciou em suas criações, a história de seus pais que escaparam do Vietnã na década de 70. A partir dessa coleção, a artista buscava não apenas percorrer o passado de sua família, mas também mostrar suas experiências pessoais como uma filha de pais imigrantes. De acordo com a artista, diversos imigrantes e seus descendentes têm de lidar constantemente com o questionamento de “de onde você é (originalmente)?”. Por isso, Huynh buscou transferir essa questão para um de seus designs, o cardigan assimétrico. A explicação para esse provém do fato dele deixar apenas metade do corpo coberto, traduzindo, portanto, as ideias de “ou-ou” e “ambos-e” implícito na pergunta que muitos migrantes se deparam.

Assim, a partir desse caso, Dogramaci afirma que o tema da fuga pode ser expresso de diversas maneiras, inclusive por materiais e estilos. Em conjunto com isso, a mesma declara que não se pode desconsiderar os contextos na qual a moda é produzida, circulada e abordada (Dogramaci, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019). Desta forma, a autora postula que os ambientes econômicos levam a questões éticas relativas a “se” e “como” as experiências

históricas atuais de deslocamento podem ser transfiguradas para a área econômica da moda. Ou seja, o artista, tal qual Huynh, apresenta um desafio ao equilibrar as referências históricas autobiográficas e o design de moda comercial (Dogramaci, 2019 apud Gaugele; Titton, 2019).

Seguindo a coletânea de Gaugele e Titton, as autoras trazem a reflexão da estudiosa Gabriele Mentges, no artigo de sua autoria “*Reviewing Orientalism and Re-orienting Fashion beyond Europe*”. Com esse trabalho, Mentges se refere a “Re-orientação da moda” como um “grande paradoxo na globalização dos estilos de vestuário asiáticos” (Mentges, 2019, P. 129 apud Gaugele; Titton, 2019, P. 129), visto que os estilos asiáticos estão em um processo de reorientar a moda global, assim como também recebem essa reorientação do meio externo. Dessa maneira, a autora expõe que o conceito de moda fora dos padrões ocidentais também se faz presente, baseando-se em ideias de mudança e inovação.

Ademais, para Mentges, pensar em moda e no pós-colonialismo também é entender como narrativas menores de moda estão inter-relacionadas dentro e através de contextos transnacionais globais (Mentges, 2019 apud Gaugele; Titton, 2019). Dessa forma, a autora explicita essa ideia utilizando-se do próprio contexto europeu, que não é historicamente homogêneo e apresenta uma longa história de assimilação de novas concepções e estilos locais nos diversos processos de colonização que o próprio continente esteve imerso ao longo de sua história

Ao longo dos séculos, podemos identificar diferentes tipos de Europa: a Europa latina tradicional com Roma como centro; a Europa bizantina, a Europa eslava (com Moscou como centro); Europa protestante (em desenvolvimento em Londres e Amsterdã); e a Europa latinizada e racionalista, com Paris como centro. Se esse tipo de categorização está correto ou não, ele dá uma ideia sobre a complexidade, bem como a diversidade dos processos de colonização. Os processos de colonização na Europa foram igualmente dominados por vieses, já que os processos externos de colonização - discursos como tendências antimoda, atemporalidade - e a simplicidade em relação às culturas regionais de vestimenta também desempenham um papel aqui. Para discutir situações pós-coloniais, deve-se destacar como esses processos de colonização interna e externa estão conectados entre si e como influenciam os processos atuais de construção da nação. Portanto, ao pensar em moda e pós-colonialismo, é mais útil investigar como narrativas menores de moda estão inter-relacionadas dentro e através de contextos transnacionais em um quadro global. (Mentges, 2019, p.130 apud Gaugele; Titton, 2019, p.130).

Para mais, Mentges acredita que a grande problemática relativa a visão eurocêntrica da moda decorre do que a mesma chama de um “desacordo de palavras, termos e categorias utilizadas nos discursos de moda” (Mentges, 2019, p.130 apud Gaugele; Titton, 2019, p.130),

assim como das divergências entre o estudo de vestimenta e os estudos de moda. No final, a autora discorre que essa disparidade pode ser atravessada caso os estudos de moda utilizem uma definição totalmente focada nos estudos etnológicos europeus, que colocam a moda como um “conjunto de modificações do corpo e/ou suplementos ao corpo”. Entretanto, a própria postula que essa ideia necessita ser constantemente questionada, em decorrência, principalmente, do contexto histórico e espacial/sociocultural em mudança atualmente (Mentges, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019).

Seguindo seu argumento, Mentges segue para discorrer sobre um evento que diz respeito à situação política da Europa Oriental na época em que diversos países foram desmembrados da antiga União Soviética. Assim, a autora apresenta o Uzbequistão, que, no seu processo de formulação de uma moda própria pós dominação soviética, utilizou-se de vestuários tradicionais uzbeques juntamente com ideias provenientes da Europa Ocidental. Para a mesma, tal fenômeno demonstra como a sociedade do Uzbequistão encontrou uma maneira de enfrentar o desafio de se reafirmar como um Estado-nação próprio, com fronteiras regionais criadas pela União Soviética na década de 20.

Dessa forma, Mentges declara que essa ideia da vestimenta tradicional, assim como a nacional, auxilia na transmissão de valores e normas entre as gerações, além dessa tradição conseguir evocar um ambiente de sentido e memória relativo a um passado que não recebeu interferência de países externos. Com isso, a autora postula que a moda, nesse caso, torna-se um objeto de planejamento e interesse cultural estratégico, com essa “autoorientalização” a partir da moda como uma forma de consolidar simbolicamente as reivindicações territoriais.

Acompanhando a crítica pós -colonial, Gaugele e Titton seguem para apresentar o argumento de Birgit Haehnel, autora do artigo “*Fashionscapes, Hybridity, and the White Gaze*”. Assim como sua anterior, Haehnel inicia questionando o ideal eurocêntrico presente nos estudos de moda, principalmente no que tange a ideia de neutralidade no conceito de moda, fato que muitas vezes remete apenas a um *white gaze* presente na moda. Assim, a autora expõe sobre o anseio recorrente no campo em manter as pesquisas de moda com um olhar neutro e objetivo, no qual

[...]o desejo de objetividade e perspectivas de pesquisa aparentemente neutras é altamente questionável do ponto de vista descolonizador, pois perpetua também as ordens ocidentais do conhecimento. Como tem sido amplamente discutido, as ideias de universalismo com sua objetivação e essencialismo simplesmente seguem os atuais processos de globalização e os fluxos de capital transnacional. Se fenômenos culturais como a arte ou a moda são geralmente descritos e universalizados independentemente de

estruturas econômicas e culturais, como resultado, é principalmente o regime de olhar branco que é aceito globalmente e sem escrutínio. (Haehnel, 2019, p. 171 *apud* Gaugele; Titton, 2019, p.171).

A partir dessa introdução, Haehnel propõe uma divisão de seu trabalho utilizando os postulados do antropólogo Arjun Appadurai e do crítico Homi K. Bhabha. Primeiramente, as ideias de Appadurai são utilizadas para definir o conceito de “*fashionscapes*” criado pela autora, no qual, de acordo com a mesma, remete a um olhar para os fluxos de moda multi-localizados inseridos em uma economia global (Haehnel, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019) . Em seguida, os argumentos de Bhabha sobre “hibridismo” e “terceiro espaço” são empregados para expandir a ideia de “espaço híbridos” também postulada por Haehnel. Por fim, a autora busca analisar o regime de *white gaze*, visto que a mesma coloca esse como um “poder permanentemente ativo em representações discriminatórias de corpo, moda, raça e poder” (Haehnel, 2019, p. 172 *apud* Gaugele; Titton, 2019, p. 172) auxiliando no processo de perpetuação da dominação europeia.

Sendo assim, primeiramente, a autora exprime de forma mais profunda a ideia de “*scapes*” de Appadurai, que serve para designar “contextos complexos de relações sociais e econômicas a partir das fronteiras nacionais dos Estados em tempos de globalização” (Appadurai, 1987 *apud* Gaugele; Titton, 2019). Para o antropólogo, o atual movimento acelerado de pessoas, bens, capital e informações só ocorre a partir das ideias de culturas e comunidades ligadas a locais reais.

Com isso, a partir do conceito de Appadurai, a autora busca formular sua definição do que seria os “*fashionscapes*”. Para Haehnel, a moda tem o papel de moldar paisagens e fluxos de ligação globalizados que se entrelaçam com essas paisagens (as *fashionscapes*), independentemente da localização. Tal ideia se concretiza a partir dos desfiles e semanas de moda, que são espaços desterritorializados que acabam sendo reterritorializados em localidades específicas (Haehnel, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019). Ademais, na descrição de “*spaces*”, Appadurai coloca que os mesmos nunca devem ser objetivos, visto que é necessário sempre levar em consideração os valores e normas sociais presentes no processo de observação, principalmente quando se faz uma afirmação que busca ser universalmente aplicada. Logo,

[...] a objetividade é geralmente usada como sinônimo da perspectiva homem-branco elevada como um corpo de controle que vem estruturando o poder desde os tempos coloniais, estabelecendo padrões universais. O resultado desse regime de olhar que permanece sem nome é a criação de

mitos, mesmo em reflexões acadêmicas. Por exemplo, isso é frequentemente apresentado como uma premissa inelutável. (Haehnel, 2019, p.173 *apud* Gaugele; Titton, 2019, p.173)

Para mais, Haehnel alega, acordando com as ideias de Appadurai, que a essencialização do termo moda como uma constante básica da vida humana que deve ser imposta universalmente corrobora para a perpetuação do olhar branco sobre a área, utilizando-se de uma estratégia eurocêntrica para tal feito. Nesse quesito, o uso do termo “tradição” e de imagens do passado europeu auxilia nesse processo, visto que assegura uma ideia lúcida das identidades modernas, “nesse sentido, a tradição não é um fato, mas uma invenção para definir associações grupais dentro de uma determinada ordem mundial que ameaça ruir devido à biopolítica do império e aos movimentos migratórios associados.” (Haehnel, 2019, p.175 *apud* Gaugele; Titton, 2019, p.175)

Ainda nesse conceito de “*fashionscapes*”, a autora afirma que essa invenção da tradição tem um papel importante nessas paisagens de moda, visto que há o desejo de criar formas puras de vestuário, mesmo que diversas transformações culturais já tenham alterado o que era antes visto como tradição no vestuário. Dessa maneira, é impossível retornar as visões de vestuário pré-coloniais, mas, em contrapartida, ocorre o processo de fusão entre as visões tradicionais do passado e as condições presentes, que criam formas híbridas denominadas pela autora como “*Hybrid Fashion Spaces*”, que passam a abranger as experiências de diáspora, migração e exílio que permeiam os dias atuais.

À vista disso, Haehnel inicia esse postulado sobre espaços híbridos de moda pontuando as ideias principais de Homi K. Bhabha. Assim, o crítico afirma que o intercâmbio cultural desequilibrado decorrente da época de colonização europeia (séculos XV e XVI, e o neocolonialismo) foi um processo que levou a uma integração entre diferentes signos e símbolos de ambos os lados (colonizador e colonizado). Dessa maneira, as culturas que sofreram com essa situação de dominação empregaram o hibridismo cultural, causando uma reformulação de seus imaginários sociais (Bhabha, 1994 *apud* Gaugele; Titton, 2019). Além disso, com a industrialização e a ascensão de novas tecnologias globais, a troca de imagens, estilos, valores e normas de estilos de roupa para outros países e sociedades transformou cada vez mais os espaços geográficos em espaços híbridos (Haehnel, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019). Conjuntamente, Bhabha (1994) afirma que, ao invés de separar radicalmente as culturas através de critérios como fala e escrita, é necessário compreender que as interações culturais tendem a ser entendidas como ações que produziram algo culturalmente novo e diferente.

Assim, Haehnel coloca que essa migração de coisas e bens, além de tecnologias e seus significados, leva a uma adaptação e reinterpretação do vestuário. Ademais, Haehnel (2019) afirma que tanto a moda quanto as roupas têm uma necessidade de se vincularem às condições políticas e ideológicas do meio que estão incluídas durante esse processo de intercâmbio de bens.

Por último, finalizando seu artigo, a autora discorre sobre a ideia do olhar branco (*white gaze*) presente nos estudos de moda. Assim, ela demonstra que essa circunstância é uma herança do domínio colonial europeu e produz continuamente corpos raciais ao inventar imagens especiais, metáforas e formas típicas de vestuário. Tal processo leva a concepções discriminatórias de gênero, de narrativas de povos e de costumes de vestimentas, situações que acabam corroborando para a sobrevivência desse ideal branco (Haehnel, 2019 *apud* Gaugele; Titton, 2019).

A partir disso, a autora reflete sobre o campo da moda, indagando como as roupas tendem a se tornar veículos para a supremacia branca e para a racialização dos corpos. Invocando o passado colonial, Haehnel revela que os termos “tradição” e “folclore” eram utilizados pelos colonizadores para designar as culturas colonizadas, ao passo que o estágio de “modernidade” ficava reservado apenas para o Ocidente e conceitos relativos a branquitude, tendo essa ideologia sendo transmitida para o vestuários. Sendo assim, a autora afirma que a perspectiva europeia remodela as influências culturais estrangeiras ao invés de reconhecer o potencial das mesmas, funcionando de maneira a reafirmar a natureza das relações entre pessoas brancas e os demais (Haehnel, 2019, *apud* Gaugele; Titton, 2019)

Com isso, após a análise da obra de Gaugele e Titton, as mesmas acabam por trazer novas perspectivas a partir do compilado dos artigos de outros autores. Em relação a esses, os mesmos estabelecem conexões entre moda e os mais diversos assuntos e circunstâncias, enquanto utilizam de conceitos de estudiosos de outras áreas, demonstrando o quanto a moda é ampla e agregadora. Tal fato também mostra que a moda é mutável, não tendo limites para o seu crescimento, logo, pensar em agregar valores e conceitos como os provenientes das mulheres islâmicas, não é uma realidade distante.

2 Mulheres islâmicas no Ocidente

Atualmente, um dos fenômenos presente em diversos Estados ocidentais, especialmente na Europa, é a islamofobia, ocorrendo tanto de formas implícitas quanto de maneira explícita. Um dos exemplos mais famosos quando se fala de islamofobia é o caso da França. Muito antes dos atentados ao jornal francês *Charlie Hebdo*, ocorridos em 2015, o país já apresentava leis que feriam a liberdade religiosa de pessoas muçulmanas, em especial das mulheres, que se tornaram os principais alvos devido a uma grande parte utilizar o lenço islâmico, *hijab*. Uma pesquisa realizada pela ONG francesa *Collectif contre l'islamophobie en France* (CCIF) no ano de 2020, registrou que 70% dos 789 casos de islamofobia ocorridos no território naquele ano tinham como vítimas as mulheres (Freitas de Souza, 2021). Conjuntamente, no mesmo ano, o governo francês decretou a dissolução do CCIF. Tal fato levou à entrada de um pedido contra o governo no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (CEDH) no ano de 2023 (Planaverge, 2023).

Para mais, mesmo que existam nações ocidentais que não apresentam uma regulamentação que ataque a fé religiosa islâmica diretamente, os imaginários culturais da população ainda tornam símbolos tipicamente muçulmanos malvistas pela sociedade em geral, como é o caso do Reino Unido (Shirazi; Mishra, 2010).

No que tange à situação britânica, o país seguia as diretrizes da Convenção Europeia de Direitos Humanos, no âmbito da União Europeia, que diziam respeito à liberdade de manifestar a religião de qualquer indivíduo, ou seja, não era presente qualquer lei contra o uso dos véus islâmicos (Shirazi; Mishra, 2010). Quando o Reino Unido se retirou oficialmente do bloco em 2020, imaginava-se que algumas mudanças aconteceriam nesse âmbito, porém, não foi o que ocorreu. O país decidiu por manter o seu legado de uma nação multicultural, tendo, inclusive, o primeiro teste de um *hijab* específico para policiais muçulmanas. O objetivo do mesmo é alcançar mulheres que buscam integrar o corpo de polícia, porém não querem comprometer sua fé (Leicestershire Police, 2021).

Contudo, mesmo diante dessa imagem de certa aceitação perante símbolos islâmicos, ainda há uma antipatia cultural perante o uso dessas vestes, que pode ser revelada a partir de comportamentos velados tanto dos cidadãos quanto do próprio Estado. De acordo com o relatório “*The Situation of Muslims in the UK. MONITORING THE EU ACCESSION PROCESS: MINORITY PROTECTION*” é mostrado que no ano de 2002, dois terços das organizações muçulmanas presentes no Reino Unido relataram tratamento injusto advindos de

políticas, escolas e instituições de ensino superior. Nessa mesma exposição, três quartos relataram tratamento injusto por parte de pessoas que trabalham em serviços sociais, além de muitos muçulmanos relatarem tratamento indevido no ambiente de trabalho, principalmente se comparado com outros grupos religiosos (Foundations, 2002). Confrontando com o censo de 2021 do *Muslim Council of Britain*, por mais que tenha ocorrido uma melhora nos indicadores de escolaridade dos jovens muçulmanos, além desses se identificarem cada vez mais como parte do país, as disparidades econômicas entre muçulmanos e não muçulmanos ainda é uma realidade, com os primeiros ocupando majoritariamente ambientes menos favorecidos, com perspectivas limitadas de mobilidade social (Muslim Council of Britain, 2024).

Ademais, diante desse cenário, a autora Maheen Haq expõe algumas situações passadas pela mesma e por outras mulheres islâmicas, além de reflexões relativas à situação das mulheres muçulmanas em contextos ocidentais. Em seu artigo “*The War on Muslim Women 's Bodies: A Critique of Western Feminism*” publicado no ano de 2022, a autora começa apresentando uma situação que a mesma passou quando tinha 12 anos quando morava nos Estados Unidos e estava se aquecendo para começar uma partida de futebol. Durante esse meio tempo, ela foi confrontada pelo seu treinador, que a avisou que o arbítrio do jogo só permitiria que a mesma jogasse se ela retirasse o seu *hijab*. Assim, Haq foi ao banheiro chorando enquanto retirava seu lenço e se observava no espelho. Após refletir sobre as palavras que sua mãe lhe disse, nas quais a mesma incentivava que a filha utilizasse o *hijab*, afirmando que ele era um porta-bandeiras do Islã e que ela tinha de segurá-lo bem alto, Haq retornou de forma desafiadora ao campo, trajando o seu lenço enquanto observada outra garota ocupar sua vaga de titular durante a partida.

Além de sua própria história, Haq (2022) também conta mais três casos de mulheres que sofreram represália pelo fato de serem muçulmanas e estarem vestidas de acordo. O primeiro é de uma menina de 4 anos, no estado de Nova Jersey, em 2021, que teve seu *hijab* arrancado durante a aula por sua professora que disse a mesma que não precisava ir à escola com ele, pois o cabelo dela era lindo. Outra situação ocorreu em 1994 com uma estudante chamada Aisha em Mantes-La-Jolie, na França, que teve de se colocar perante um conselho disciplinar por ter se recusado a tirar seu lenço. A mesma foi detida à força durante todas as semanas que foi para a escola, não sendo permitida de ir para as aulas com seu *hijab*, e muito menos conviver e comer com outras crianças. De acordo com Aisha, a mesma se sentiu extremamente violada e teve de perder a oportunidade de estudar. Por fim, o último caso que a autora traz também ocorreu na França, desta vez em Paris em 2019, onde Noura, uma

pesquisadora universitária e mãe de três filhos, foi indiciada pela polícia após aparecer na escola de seu filho para auxiliar na excursão escolar. Noura conta que a diretora disse que ela precisava ir embora, e logo após Noura pedir uma carta explicando o porquê de ter sido convidada a sair, os policiais chegaram a mando da diretora e pediram que ela fosse embora. Ao final, Noura recorreu a diversos grupos de direitos humanos para prestar uma queixa, mas todos recusaram. Tal fato não fez só a mesma se sentir humilhada, mas também abalou seu filho que presenciou tudo e disse à mãe que não queria mais ir à escola.

Com essas situações, Haq afirma que os movimentos de luta a favor das mulheres aos moldes ocidentais não se mostram como um instrumento para ajudar essas mulheres, além de funcionar mais como um aparato para as velhas dinâmicas pensamentos coloniais e imperialistas. Para a autora, todo o contexto do feminismo branco ocidental proclama que o *hijab* é uma forma de opressão às mulheres islâmicas e que as mesmas necessitam de libertação (Haq, 2022). Ademais, Haq (2022) coloca que essa lógica colonialista e ocidental não consegue compreender como uma mulher pode ter um espírito revolucionário e manter suas práticas religiosas. Mesmo para aquelas que optam por não utilizar o véu, a autora defende que as mesmas ainda realizam uma resistência cultural e política contra os que oprimem o Islã, porém não usam o *hijab* devido a motivos pessoais.

Conjuntamente, a autora revela um estudo relativo às reportagens do *New York Times* e do *Washington Post*, denominado “*Islamophobia and Media Portrayals of Muslim Women*”, na qual, durante a análise de trinta e cinco reportagens, foi constatado que os jornalistas desses meios são mais propensos a publicar matérias relativas às mulheres que vivem em países muçulmanos e do Oriente Médio quando esses dizem respeito a casos de direitos violados, contudo, o mesmo não ocorre quando esse tipo de situação acontece em nações onde esses direitos seriam “mais respeitados” (Haq, 2022).

Outra questão salientada pela autora é como o empoderamento feminino é colocado ao lado da sensualidade e da exibição do corpo feminino no Ocidente. Sendo assim, Haq (2022) afirma que essa lógica serve apenas para iludir as mulheres em relação a sua sensualidade estar vinculada a sua imagem de força, além de defender que a sensualidade precisa ser algo público. Dessa forma, a autora argumenta que o feminismo ocidental, especificamente, força as mulheres muçulmanas a se despirem, sendo que isso já é uma expressão de opressão por si só e perpetua o olhar masculino a cerca de uma sensualidade para ser consumida publicamente pelos homens, dessa forma, essa narrativa se torna essencialmente patriarcal (Haq, 2022).

Após a análise dessas situações relativas ao tratamento das mulheres muçulmanas no Ocidente, é possível determinar que muitas dessas atitudes funcionam como uma espécie de reafirmação das lógicas coloniais ainda existentes, além de terem o poder de legitimar atitudes de violência contra a população islâmica, em especial, contra as mulheres, que acabam por ser as mais afetadas. Além disso, as mulheres muçulmanas muitas vezes se veem em uma situação de desamparo, visto que não só as demais mulheres não as prestam suporte, como também as instituições se tornam cúmplices nessa dinâmica de violência e omissão.

3 A moda para países europeus: o caso francês e o caso britânico

Quando o assunto é indústria da moda, é indiscutível que o continente europeu tem um importante protagonismo nessa área. Atualmente a Europa apresenta 33 semanas de moda oficiais, distribuídas entre diversas nações, sendo a *Paris Fashion Week*, a *Milan Fashion Week* e a *London Fashion Week* as principais mundialmente, em conjunto com a *New York Fashion Week*, nos Estados Unidos (Soares, 2024). O precursor da ideia de *fashion week* foi o costureiro inglês Charles Frederick Worth (1825-1895), porém a imagem moderna da qual se conhece esses eventos de moda só ocorreu em 1943, idealizada pela publicitária de moda americana Eleanor Lambert (1903-2003) com o nome inicial de *Press Week* (Team, 2024). Após esse episódio, as semanas de moda se espalharam pelo globo a partir dos anos 60, tornando-se grandiosos eventos que contam não só com designers e modelos, mas também com um grupo muito forte de imprensa por trás, diversas celebridades e, obviamente, compradores das marcas, sejam eles fiéis ou novatos nesse mercado.

Conjuntamente, é possível compreender que certos países europeus têm uma relação muito próxima com a moda, muito antes do que se entende como *fashion week* ser criado, sendo inclusive, parte de sua história nacional. Dentre esses se destaca a França e o Reino Unido, nações que desenvolveram uma ligação muito própria com essa área.

Primeiramente, tem-se o caso francês, com seu relacionamento contemporâneo com a moda datado do século XVII, com o rei Luís XIV. Durante muitos anos, o país que ditava as tendências europeias do século era a Espanha, especialmente pelo fato de estar no seu processo de colonização de territórios além-mar, sendo grande parte da sua riqueza de vestuários oriunda dos corantes que o país importava do México (Sindivest, 2016). Com a chegada de Luís XIV, o mesmo decidiu mudar essa situação, utilizando o luxo como a marca de seu reinado. Dessa forma, o governo francês estabeleceu esse ideal para diversas áreas, como os móveis, o próprio palácio de Versalhes, os tecidos e roupas utilizadas e a indústria de joias, que passaram não só a empregar muitos súditos franceses, mas também alçaram a França para um patamar de líder mundial em questão de gosto e tecnologia. Além do rei, uma figura muito importante para esse processo foi o seu ministro de Finanças, Jean-Baptiste Colbert, com uma importante frase que sintetiza os objetivos do mesmo: “a moda era para a França o que as minas do Peru foram para a Espanha”. Ou seja, a moda funcionaria como um importante mercado interno, além de um produto de exportação extremamente valioso para o país (Sindivest, 2016).

Ademais, os meios de comunicação foram de extrema importância para esse posicionamento do Estado francês. Tanto o rei quanto Colbert empregaram diversos meios para promover a propaganda da moda francesa. Luís XIV sabia, desde o início de seu reinado, a importância que as imagens tinham na criação da percepção dos indivíduos, sendo assim, o mesmo subsidiou a produção de gravuras por grandes artistas e gravadores franceses, para assim promover os produtos de luxo e a cultura do país tanto internamente quanto externamente (Sindivest, 2016).

Passando para a época contemporânea, é importante salientar as décadas de 1950 e 1960 para a história da moda francesa. Nesse período pós Segunda Guerra, a alta costura francesa (*haute couture*) foi grandemente impactada devido a uma crise que se instaurou no ramo industrial do país. Além disso, a *haute couture* não estava mais recebendo auxílios governamentais durante essas duas décadas, juntamente com o fato de estar perdendo relevância para marcas que estavam surgindo nesse mesmo período, fato que causava uma desconfiança sobre o status da França como um polo da alta costura (Dubé, 2023).

A partir de 1958, o governo francês passou a investir pesadamente na propaganda da *haute couture*, principalmente voltada para o cenário internacional. Em 1964, a alta costura passou a receber uma grande atenção das autoridades públicas, que passaram a observar o potencial da mesma diante dos mercados internacionais (Dubé, 2023). Sendo assim, iniciou-se um processo de transformação da *haute couture* em um importante instrumento de propagação do prestígio internacional francês, tendo como plano de fundo a ação da Direção de Relações Econômicas Externas (DREE). Tal órgão foi responsável pelas premissas da diplomacia comercial de prestígio do país formadas durante a presidência de Charles de Gaulle (1958–1969).

Um ponto importante desse tipo de diplomacia foi o acréscimo de novas camadas as ações diplomáticas tradicionais para a promoção de bens de consumo e serviços franceses, da mesma forma que prestava apoio a novos mercados de exportação, com o objetivo de disseminar “valores universalizáveis” de reafirmação da grandeza da França (Dubé, 2023). Dessa forma, uma nova perspectiva para a moda e alta costura francesa ao olhar dos diplomatas na década de 1960 surgiu, onde essa área passou progressivamente de ideias apenas de vestuário para um fenômeno que associava o prestígio das marcas de alta costura e das imagens da moda aos diversos bens de consumo franceses em geral (Dubé, 2023).

Diante desse cenário, iniciou-se uma diversidade de eventos de *haute couture* patrocinados pelo Estado francês no exterior, sendo responsáveis por refletir esse novo interesse na influência da moda francesa nos mercados estrangeiros. Um exemplo desse

processo foi a participação de casas de alta costura em uma série de solenidades de gala para apresentar os modelos de *haute couture* como parte da Quinzena Francesa (*Quinzaine française*), um evento organizado pela Câmara de Comércio e Indústria, com o objetivo de valorizar a cultura francesa e suas empresas. Tal acontecimento recebeu um grande suporte dos diplomatas franceses, além de ter funcionado não apenas como uma forma de promover a *haute couture* e os tecidos franceses, mas também uma gama de outros produtos em larga escala. Com esses eventos comerciais, a alta costura foi se revelando como um elemento não mais trivial, mas sim um testemunho da importância da moda nas vistas da diplomacia francesa (Dubé, 2023).

Sendo assim, entende-se que a moda francesa, e especificamente a alta costura, tem um legado muito forte no contexto francês, mantendo-se até os dias atuais. Desde seu início, a França sempre utilizou a moda como uma mostra de seu poder, sem contar que sempre teve uma grande equipe por trás, que conta não apenas com costureiros e donos de *maisons* (nome pelo qual as casas de moda são chamadas), mas também com entidades governamentais, tendo inclusive a Câmara Sindical da Alta Costura, que se mantém como sendo um dos principais órgãos referentes ao universo da moda global.

Além do caso francês, outro lugar que tem destaque no meio da moda é o Reino Unido. O país tem três semanas de moda em seu calendário, sendo essas a *Liverpool Fashion Week*, a *Cheshire Fashion Week* e a mais famosa, a *London Fashion Week*. Ademais, o mesmo será o anfitrião de 2024 da *Graduate Fashion Week*, um evento responsável por exibir os trabalhos de estudantes de moda de diversas faculdades, não apenas britânicas, mas também de outras nações (Home, 2024). Para mais, o cenário britânico é o berço de um grande movimento artístico, que reverberou fortemente para o universo da moda, o movimento *punk*. Em conjunto com isso, o país abriga algumas das marcas mais influentes atualmente, como *Vivienne Westwood*, *Stella McCartney*, *Alexander McQueen* e *Burberry*, caracterizando-o como um centro de conhecimento e consumo de moda.

No que tange ao seu processo histórico, cabe destacar o papel que a monarquia exerce na moda britânica. Tal característica é vista em diversos casos emblemáticos, como a rainha Elizabeth I, no século XVI, que utilizava seus vestidos e sua aparência para passar a imagem de uma rainha “virgem”; o rei Carlos I, que buscava transparecer uma personalidade culta e elegante em suas vestes; a rainha Vitória, responsável pela Era Vitoriana, que não apenas causou mudanças significativas no país, mas também instaurou diversas tendências que seguem até os dias atuais; além dos exemplos contemporâneos, como Princesa Diana, a atual princesa de Gales, Kate Middleton, e a ex-rainha Elizabeth II. A moda sempre foi um

artifício da monarquia, visto que a criação de tendências servia para diferenciar a nobreza das demais classes, contudo, a moda para os monarcas britânicos serve como uma maneira de mostrar a todos aquilo que eles representam: a nação e a constituição inglesa (Seaton, 2023).

Ademais, em relação a essa imagem da nação que os monarcas têm de ter, compreende-se que ela se instaura tanto para as mulheres quanto para os homens. Os primeiros se destacam pelos seus uniformes que exalam força, ternos elegantes e roupas casuais bem-feitas, enquanto as mulheres precisam de roupas mais variadas e que abrangem uma cadeia maior de eventos e imagens que as mesmas podem e devem transmitir. Conjuntamente, a realeza precisa se utilizar da alta costura e da moda “pronta para vestir” (*Prêt-à-porter*), buscando se distinguir do seu público, mas sendo igual a ele ao mesmo tempo (Seaton, 2023). Tais atributos fazem com que a moda britânica tenha um papel fundamental a partir dessa associação com a realeza: a capacidade de funcionar como um poder brando (*soft power*), entrando na cabeça das pessoas e conseguindo instaurar seus próprios valores e interesses. Ao final, a moda britânica não é apenas sobre beleza, mas também sobre poder e influência perante os demais.

Diante desse histórico perante a realeza, cabe ressaltar que a moda britânica teve diversas mudanças ao longo de sua história. Como o Reino Unido foi pioneiro na Revolução Industrial, o mercado e a indústria têxtil foram alguns dos ramos mais influenciados por esse processo, principalmente no que diz respeito à rapidez com que as peças começaram a ser confeccionadas e ao valor no qual as mesmas eram comercializadas. Além disso, a época pós-Segunda Guerra trouxe consigo o surgimento de movimentos que influenciaram a cultura britânica e conseqüentemente, a moda do país. Dentre esses, destacam-se o movimento *punk*, como exposto anteriormente; o fenômeno “*Swinging London*”, responsável por criar a minissaia e pela utilização de novos materiais na indústria, como o poliéster, o acrílico e o vinil; a difusão do movimento *hippie* no país, assim como a subcultura *emo* e movimento *grunge*; e os fenômenos musicais que o país lançou internacionalmente, como Mick Jagger, David Bowie, Beatles, entre tantos outros, que influenciaram fortemente o cenário da moda britânica.

Para mais, é importante ressaltar o papel da organização responsável por representar toda essa cadeia de moda: o Conselho de Moda Britânico (*British Fashion Council*). O mesmo foi instituído em em 1983 e se caracteriza como uma organização sem fins lucrativos que busca promover os interesses da moda britânica e suas atividades relativas ao design, visando reposicionar a moda britânica no cenário global e aproveitando e compartilhando de conhecimentos, experiências e recursos para a coletividade do setor. O BFC trabalha a partir

de cinco pilares, sendo esses negócios, reputação, educação, digital e investimento, tendo um presidente responsável por cada pilar para impulsionar cada elemento (Introduction, 2024). Atualmente, a instituição foca em sustentabilidade diante das confecções britânicas, visto que esse é um dos temas principais do circuito de moda global, em conjunto com o auxílio a diversos designers que estão nas mais distintas etapas de seus negócios a partir de iniciativas como o oferecimento de bolsas de mestrado e no estabelecimento de ligações entre a indústria da moda e os licenciados em moda.

Com isso, tal qual a França é responsável pelas “regras” da moda no cenário global, entende-se que o papel britânico acaba sendo o de expor inovações, tendo em seu contexto uma abertura muito maior para criações subversivas e que tem como referência toda a situação multicultural da qual o país está inserido. Ao final, ambas as nações utilizam a moda para se promover, contudo realizando tal feito por meio de áreas distintas, fato que faz com que França e Reino Unido tenham um papel tão central no que diz respeito à indústria da moda e como ela se instaura no mundo atual.

4 A moda, o hijab e a resistência política: A França e o Reino Unido

Diante da realidade dos países ocidentais quando o assunto é a forma com a qual as mulheres muçulmanas são tratadas, especialmente aquelas que utilizam do véu islâmico, entende-se que juntamente com a xenofobia e do preconceito, ideia de poder de gênero se faz presente. Os Estados francês e britânico, que são o principal foco deste trabalho, caracterizam-se por nações controladas majoritariamente por homens, com Emmanuel Macron sendo o atual presidente da França e o Reino Unido tendo Charles III como rei e Rishi Sunak como primeiro-ministro. Por mais que tenham posicionamentos e ideologias distintas, é indispensável refletir sobre o fator de gênero quando se discute como ambos lidam com a população muçulmana feminina em seu território.

No que tange o contexto francês principalmente, pode-se observar como certas proposições de Cynthia Enloe são evidentes. Quando a mesma questiona sobre como certas imposições apresentam características intrínsecas de poder de gênero, mas são camufladas para que isso não fique explícito, o caso francês sobre a proibição de artigos religiosos em público torna-se um exemplo para essa questão. Por mais que a defesa por parte do Estado seja de que suas ações visam garantir uma equidade republicana e igualdade jurídica no território, tal atitude acaba se tornando uma forma de opressão às mulheres muçulmanas, que não consegue exercer sua liberdade religiosa e de escolha em relação às suas vestes. Como a própria Enloe pontua quando algo é criado, aquele que o criou é dotado de poder, logo, o Estado ao criar essa forma lidar com a religião demonstra o quanto tem poder diante dessa dinâmica.

No outro lado, tem-se o contexto britânico, com o seu modelo focado no multiculturalismo, que, a princípio, mostra-se totalmente contrário ao francês. Assim, a ideologia do Reino Unido acaba sendo voltada à integração de grupos étnicos e religiosos distintos, situação que acaba sendo prejudicada por dois fatores: em primeiro lugar, a discriminação que ainda ocorre por parte da população; e em segundo, a atual postura do governo, visto que Sunak apresenta ideais conservadores, principalmente no que diz respeito a políticas migratórias, fato que interfere intimamente a imagem multicultural do país.

Em relação a isso, o governo alterou sua legislação, declarando que trabalhadores estrangeiros que atuam na área de prestação de serviços não podem trazer seus familiares, assim como profissionais qualificados tem de atingir um salário-mínimo anual de 38.700 libras esterlinas para se manterem no país (How, 2023). Por mais que as justificativas sejam

questões como a busca por menos pessoas em trabalhos informais, ou a diminuição do desemprego, por exemplo, a realidade acaba se classificando como uma dinâmica de poder. Tal relação não ocorre necessariamente entre gêneros, mas é possível pensar nessa possibilidade, quando se entende que mulheres muçulmanas que utilizam *hijab* são os principais alvos de discriminação por parte de indivíduos contratantes, fato que prejudica a possibilidade de aquisição de um trabalho bem remunerado pelas mesmas. A partir disso, a possibilidade de alcançar a renda mínima anual é afetada, causando uma maior chance de não corresponder aos requisitos mínimos para se manter em território britânico. Sendo assim, quando se observa as minúcias da postura britânica em relação à migração, e em como isso afeta sua imagem, tanto interna quanto externamente, compreende-se que as questões de gênero se fazem presentes, mesmo que de forma implícita.

Para mais, outro ponto utilizado para evidenciar as dinâmicas de gênero presentes diz respeito à representação política das mulheres muçulmanas nessas nações. No Estado francês, a representação feminina por si só está na casa dos 37% na Assembleia Nacional, porém, houve uma diminuição em relação aos resultados de 2017, ano no qual Macron foi eleito e no qual a porcentagem de participação feminina no parlamento era de 38% (Statista, 2022). Ademais, devido a todo o histórico do país, parlamentares da religião muçulmana e especificamente mulheres claramente não estão presentes no centro das discussões políticas, muito menos no parlamento francês. Em relação ao Reino Unido, a representação feminina aumentou de 32% para 34% no ano de 2019 (Reino Unido, 2019), sem contar que a participação de parlamentares muçulmanos é uma realidade, assim como tem-se mulheres *members of parliament* (MP) islâmicas que fazem parte da luta a favor dos direitos dessa população. Os cenários são distintos, com a França tendo uma postura de total negação ao diálogo com as demandas das mulheres muçulmanas, ao passo que o governo britânico demonstra se esforçar para incorporar a realidade dessa população às suas pautas.

Dito isso, é importante relacionar com as ideias de Nora Fritzsche sobre a participação feminina na política. De acordo com a mesma, por mais que essa participação tenha aumentado ao longo dos anos, ainda não é o suficiente para que as mulheres sejam visíveis na política, seja ela interna ou externa. Logo, em relação à França e ao Reino Unido, mesmo ambos tendo indicadores significativos da participação feminina em sua administração, isso ainda não é o bastante para que as mulheres sejam sujeitos realmente ativos na política, tampouco garante o cumprimento desejável das demandas desse grupo. Além disso, mesmo com a França tendo um comportamento muito pior com as mulheres muçulmanas, a situação britânica não é tão diferente, dado que o Islã é a segunda maior

religião de seu país (Office for National Statistics, 2021), e mesmo assim sua representação política ainda não é satisfatória.

Outro ponto importante para se destacar diz respeito à proibição de 2022 do governo francês sobre o uso do *abaya*, roupa comumente usada pelas muçulmanas, nas escolas públicas. Como sempre, a justificativa para tal ato foi a preservação dos valores seculares do país, visando evitar a coerção a partir de um dogmatismo religioso (Jamal, 2023). Entretanto, tal determinação veio junto com atitudes como a proibição de assistir aula e frequentar a escola a meninas que querem utilizar o *abaya*, assim como situações de constrangimento, como o caso da aluna francesa que foi assediada pelo seu professor que considerava sua saia muito longa, forçando-a a retirá-la e passar o dia apenas de *legging* (Jamal, 2023). De acordo com ativistas a favor da liberdade das mulheres muçulmanas, tal proibição está intrinsecamente relacionada a ideia dominante no país de que “o homem muçulmano força a criança e a esposa muçulmana a usar roupas islâmicas”, por isso, o policiamento e a obrigação de despir essas mulheres são atitudes totalmente justificáveis (Jamal, 2023).

A partir disso, entende-se que há uma concepção de perigo em relação ao ambiente em que as mulheres muçulmanas estão expostas, e que é obrigação do Estado francês, nesse caso, de protegê-las e retirá-las dessa situação. Tal fato coloca as mulheres islâmicas como “indefesas”, sendo essa ideia utilizada para justificar o uso de condutas violentas por parte das autoridades francesas. Essas acabam por subordinar as mulheres islâmicas e reforçam atitudes ligadas à masculinidade, argumento que é apresentado por Enloe em seu capítulo “*Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?*”.

Ademais, quando se observa essa situação a partir das premissas de Fritzsche, em que a mesma afirma que violência sexual contra as mulheres em circunstâncias de conflitos é mais aceita que a violação da honra e do patriotismo por parte dos soldados, percebe-se que é possível estabelecer um paralelo entre ambos acontecimentos. Sendo assim, por mais que a violência contra mulheres muçulmanas não seja de natureza sexual, o governo e o próprio Estado francês acreditam ser mais válido infringir a liberdade religiosa dessas do que ir de encontro a qualquer um dos princípios formadores da república francesa, ou seja, mais vale ser fiel a sua nação do que garantir os direitos daqueles que mesmo fazendo parte da sua população, tem valores culturais e religiosos distintos.

Em conjunto com isso, é importante destacar outro ponto sobre o regime francês: o nacionalismo. De acordo com Enloe, essa postura se classifica como uma ação contra a globalização, já que essa é vista como uma ameaça à identidade nacional. Logo, no momento que há um grupo de indivíduos distintos daquilo que é considerado como um “ideal nacional”,

o Estado acaba adquirindo atitudes cada vez mais rígidas e de fortalecimento dos valores e princípios da nação, sendo as proibições a expressão pública da religião um exemplo disso. Para mais, tal cenário nacionalista acaba por colocar o pertencimento a uma nação como um prêmio, fato que é vivido especialmente pelas minorias étnicas. Dessa forma, quando imigrantes muçulmanos se vêm entrando em território francês, a possibilidade dos mesmos fazerem parte dessa sociedade e dessa nação acaba se tornando um “privilégio”, ou pelo menos é a forma com a qual o Estado francês busca enxergar, e fazer com que os demais enxerguem.

A partir desse cenário, é importante demonstrar o quanto o papel da moda pode ser utilizado nesse contexto, não só como um meio de apreciação estético, mas como uma forma de realizar resistência política tanto nos contextos francês, quanto britânico. Primeiramente, é importante destacar o que a autora Monica Tilton afirma a respeito da moda não só ter abraçado o feminismo, mas o feminismo ter se tornado uma tendência, sendo assim, as abordagens feministas estão cada vez mais presentes no universo da moda, seja pelo fato dessa indústria ser majoritariamente focada no público feminino, ou pelas críticas que a mesma recebe por parte de ativistas dos direitos das mulheres. Contudo, Tilton destaca uma característica muito importante: o fato que as perspectivas feministas fornecem reflexões sobre o modelo hegemônico anglo-americano e europeu ocidental presentes nessa indústria, enquanto propõem questionamentos e a inclusão de realidades e perspectivas antes excluídas, sendo as das mulheres muçulmanas um exemplo disso.

Diante dessa ideia, quando as mulheres muçulmanas conseguem associar um dos maiores símbolos da sua religião, o *hijab*, com a indústria da moda, seja pela criação de marcas focadas unicamente na fabricação desse adereço, ou pela apresentação de desfiles nos quais as modelos desfilam utilizando o véu, tem-se um fenômeno de associação da moda com experiências pessoais, questões de liberdade religiosa, da mesma forma que essas situações funcionam como um sentimento de pertencimento e identificação para as mulheres islâmicas, especialmente as mais jovens. Tal processo também exemplifica uma concepção de Judith Butler, na qual a mesma relata que nessa nova onda do feminismo, o corpo feminino se tornou uma categoria emancipatória fundamental. Assim, quando as mulheres muçulmanas colocam seus “corpos” nesse ambiente, seu objetivo é mostrar que estão comprometidas em lutar pelas suas causas, buscando integrar sua religião nesse processo, colocando-se contra ideais impostos as mesmas, especialmente aqueles presentes no Ocidente.

Em relação a essa questão, outro ponto muito presente na moda é como ela se torna uma ferramenta decolonial. Tilton também é uma grande defensora da moda decolonial,

afirmando que essa passa a estudar as micro-histórias, as identidades regionais e nacionais, e principalmente, as culturas de migrantes, onde a autora afirma que a religião se faz muito presente, sendo esse o principal ponto de relação entre as proposições de Tilton e o surgimento de uma “moda islâmica”. Assim, a associação da moda com o religião, nesse caso representada pelo véu islâmico, desafia uma ideia muito fundamentada no imaginário não só popular, mas que as próprias nações ocidentais tendem a repetir, no qual apenas o “Ocidente civilizado” tem capacidade para criar moda, fato que justifica uma constante separação entre essa parte do mundo e os demais.

Em conjunto com isso, a criação de uma moda com princípios do Islã fornece uma quebra de preconceitos, sendo esses muitas vezes condicionados por visões orientalistas sobre um determinado povo. Edward Said propõe o Orientalismo como uma forma de pensamento em relação ao estrangeiro, na qual essa passa a ser considerado não civilizado, exótico, e de certa maneira fascinante aos olhos do Ocidente. Essa concepção revela muito a maneira com a qual a população muçulmana é observada, em especial as mulheres que optam por utilizar o *hijab*, que acabam sendo consideradas oprimidas e excluídas da lógica do progresso feminino. Contudo, quando as mulheres islâmicas utilizam a moda como uma ferramenta de se afirmar no meio Ocidental, as mesmas acabam rompendo essas ideias pré-concebidas, ao passo que reafirmam sua fidelidade à religião, demonstrando que essa não as impede de conquistarem seus objetivos.

Ademais, essa relação com a moda representa um fenômeno de “Re-orientação da moda”, assim como traduz a ideia de *fashionscapes*, ambas apresentadas na obra de Tilton. Primeiramente, a ideia de re-orientação corresponde ao fato das narrativas “menores” provindas das experiências das mulheres muçulmanas acabam fazendo parte do grande cenário de moda transnacional, ocorrendo uma fusão entre as características tradicionais de ambos lados para a formação de um movimento único. Em segundo lugar, a criação de uma moda muçulmana cria um *fashionscape*, dado que um novo espaço desterritorializado relativo à moda é criado, contando com valores e normas sociais dessas mulheres, fato que contribui para um viés subjetivo cada vez maior da moda.

Sobre essa questão da subjetividade, vale destacar que o universo da moda, de acordo com Tilton é, e deve se manter permeado por essa característica. Dessa forma, a bagagem subjetiva que uma moda feita por mulheres muçulmanas para mulheres muçulmanas adiciona mais conceitos e percepções a essa indústria, ao mesmo tempo que quebra o olhar branco (*white gaze*) tão presente nessa área. Diante disso, e buscando relacionar toda essa

reflexão com as indústrias de moda francesa e britânica, pode-se entender porque associar o Islã, especificamente o *hijab*, com esse ambiente se torna um movimento com tanto poder.

No caso francês, a situação das mulheres muçulmanas é extremamente conturbada, ao passo que sua indústria da moda é um bem muito valioso para a nação, logo, utilizar o *hijab* não apenas como um adereço religioso, mas como um item de moda, ou seja, unindo ele a tendências que são apresentadas na semana de alta costura, ou promovendo desfiles com modelos muçulmanas, faz com que o Islã, e conseqüentemente o *hijab*, seja visto como algo mais próximo da realidade francesa, minando esse descolamento que é feito entre a população islâmica feminina e a sociedade e o Estado da França. Ademais, diante desse processo, ocorre uma espécie de “*fight fire with fire*”, dado que o uso da moda, algo tão consolidado e legitimado pelo governo francês, será utilizado para questionar as próprias lógicas e pré-concepções desse sistema, ao mesmo momento que quebra a perspectiva referente a ideia de que mulheres islâmicas precisam ser salvas e por isso devem se desfazer de seus véus.

Em relação ao Reino Unido, essa ligação da moda com a religião é um processo mais pacífico, visto que o país não tem uma postura rigorosa e inflexível diante do Islã. Sendo assim, o *hijab* perante a indústria da moda britânica funciona como uma reafirmação dos ideais multiculturais do país, enquanto provém uma espécie de inovação ao ramo da moda britânica. Para mais, a percepção de que a moda consegue aproximar os valores e concepções islâmicas ao subconsciente dos demais se faz presente, tornando esses elementos cada vez menos estranhos ao olhar da população e do Estado inglês.

CONCLUSÃO

A partir desse trabalho, entende-se a relação entre três questões que, num primeiro momento, parecem ser imiscíveis: a moda, o islamismo e a resistência política. Tais pontos podem ser muito observados quando se fala da situação das mulheres islâmicas nos países europeus, sendo utilizado como exemplo, os Estados da França e do Reino Unido para tal análise. Ambos os países têm uma relação muito íntima com a moda, área em que os mesmos são exemplos internacionais, assim como essa é um elemento que agrega muito valor às suas nações. Conjuntamente, os dois têm um histórico relativo à população muçulmana em seu território, especificamente no que tange às mulheres islâmicas, sejam elas nativas, imigrantes ou descendentes de imigrantes. A partir disso, é que a relação com a moda e a política é feita, sendo possível afirmar que quando as mulheres muçulmanas decidem unir suas vestes tradicionais, especialmente o *hijab*, ao meio da moda, as mesmas conseguem um espaço maior para lutar e reivindicar seus direitos, utilizando da relevância e visibilidade que essa área possui.

Tanto a França quanto o Reino Unido têm questões com seus habitantes islâmicos, seja pelo fato de preconceitos institucionalizados ou implícitos. Sendo assim, quando se fala da associação do *hijab* com a indústria da moda dessas nações, essa ligação tem o potencial de gerar uma afinidade em relação aos valores e causas islâmicas por um ponto, ao passo que se torna uma luta que utiliza as mesmas ferramentas daqueles que oprimem. Ademais, a moda é um grande palco de lutas feministas, seja pela presença de *designers* que realmente se colocam como ativistas dos direitos das mulheres, ou por criações que representam a luta pela emancipação feminina, um exemplo disso é a minissaia.

Dessa maneira, a criação de uma moda islâmica, colocando o *hijab* como foco, não só adiciona mais camadas ao meio da moda francesa e britânica, como também funciona para comunicar a própria emancipação das mulheres islâmicas diante desse sistema que tende a considerá-las oprimidas por causa de sua religião. Tal ideia faz parte das conceituações do feminismo islâmico que dizem respeito a junção da secularidade, nesse caso representada pela indústria da moda, com o religioso, sendo esse o Islã.

Ao final, todo esse fenômeno se torna um movimento social, tal qual o movimento sufragista durante o século XIX, porém com recortes contemporâneos, contando com lutas atuais e novos meios para se buscar a liberdade feminina. Sendo assim, conclui-se que a moda é um dos artificios do feminismo, logo, utilizar dessa área para as lutas das mulheres

muçulmanas é uma medida muito inteligente, pois auxilia na quebra de preconceitos e coloca os ideais das mesmas em voga, ao passo que demonstra como a religião tem um poder de libertação, e não de opressão.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L. Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. **American Anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783–790, 2002.

DEPARTMENT, S. R. **Share of women in the French National Assembly from 1958 to 2022**. Statista, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/470860/female-members-french-national-assembly/>. Acesso em: 10 maio 2024.

DUBÉ- SENÉCAL, Vincent. Fashion, Industry and Diplomacy: Reframing Couture–Textile Relations in France, 1950s–1960s. **Enterprise & Society** (2023), 24: 2, 455–479

ENLOE, C. Gender Makes the World Go Round. In: ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases**. 2. ed. [s.l.] University of California Press, 2014. p. 1–36.

FOUNDATIONS, O. S. The Situation of Muslims in the UK. **ReOrient**, Vol. 3, No. 1 (Autumn 2017), pp. 23-49.

FRANÇA irá proibir em escolas uso de túnica que deixa apenas o rosto à mostra. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/28/franca-ira-proibir-em-escolas-uso-de-tunica-que-deixa-apenas-o-rosto-a-mostra.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023

FRANÇA. **LOI n° 2004-228 du 15 mars 2004**. encadrant, en application du principe de laïcité, le port de signes ou de tenues manifestant une appartenance religieuse dans les écoles, collèges et lycées publics (1) - Légifrance. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000417977/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FRANÇA. **LOI n° 2010-1192 du 11 octobre 2010**. interdisant la dissimulation du visage dans l'espace public (1) - Légifrance. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000022911670/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FREITAS DE SOUZA, F. ISLAMOFOBIA DE GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE AS ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES MUÇULMANAS EM UM AMBIENTE VIRTUAL. **Seminário Internacional "Fazendo Gênero"**, v. 12, 2021.

FRITZSCHE, Nora (2011). “The Construction of Masculinity in International Relations”. **The Interdisciplinary Journal of International Relations**, vol. 7, No.1, pp. 41-54.

GAUGELE, E.; TITTON, M. **Fashion and postcolonial critique**. Berlin: Sternberg Press ; Wien, 2019.

HOME, 2024. Disponível em: <https://www.graduatefashionweek.com/>. Acesso em: 9 maio 2024.

HAQ, M. The War on Muslim Women's Bodies: A Critique of Western Feminism. **Georgetown Immigration Law Journal** , 17 jan. 2022.

HOW UK PM Rishi Sunak's New Anti-Immigration Policy Has Put Him In Jeopardy, 10 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.ndtv.com/world-news/how-rwanda-bill-visa-measures-have-put-uk-pm-rishi-sunaks-position-in-jeopardy-4648352>. Acesso em: 12 mai. 2024.

INTRODUCTION. 2024. Disponível em:

<https://www.britishfashioncouncil.co.uk/About/Introduction>. Acesso em: 10 maio 2024.

JAMAL. H. **The French government wants to “save” Muslim women by controlling them**. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/2/the-french-government-wants-to-save-muslim-women-by-controlling-them>. Acesso em: 11 maio 2024.

MOGHADAM, Valentine. Islamic Feminism and Its Discontents: Toward a Resolution of the Debate. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, vol. 27, no. 4, 2002.

MUSLIM COUNCIL OF BRITAIN. **2021 Census: British Muslims – Striving for Fairness Report Launch** | Muslim Council of Britain. Disponível em:

<https://mcb.org.uk/2021-census-british-muslims-striving-for-fairness-report-launch/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

NEW Hijab trialled by Leicestershire Police. Disponível em:

<https://www.leics.police.uk/news/leicestershire/news/2021/february/new-hijab-trialled-by-leicestershire-police/>. Acesso em: 30 nov. 2023

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS . **Religion by Age and sex, England and Wales - Office for National Statistics**. Disponível em:

<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/culturalidentity/religion/articles/religionbyageandsexenglandandwales/census2021#:~:text=It%20is%20important%20to%20note>. Acesso em: 10 maio 2024

P3. **Mãos fora do meu “hijab”: o protesto contra a proposta da proibição do véu em França**. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2021/05/01/p3/fotogaleria/maos-fora-hijab-protesto-contraproposta-proibicao-veu-franca-406008>. Acesso em: 30 nov. 2023

PLANAVERGNE, L. **Requête devant la CEDH, deuxième vie en Belgique : que devient le Collectif contre l'islamophobie en France ?** . 2023. Disponível em:

<https://www.marianne.net/societe/laicite-et-religions/requete-devant-la-cedh-deuxieme-vie-en-belgique-que-devient-le-collectif-contre-lislamophobie-en-france>. Acesso em: 9 dez. 2023.

REINO UNIDO elege número recorde de mulheres para o Parlamento. Disponível em:

<https://exame.com/mundo/reino-unido-elege-numero-recorde-de-mulheres-para-o-parlamento/>. Acesso em: 10 maio 2024.

SEATON, J. **Dressing the constitution**: monarchy and fashion. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/dressing-the-constitution-monarchy-and-fashion/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SHIRAZI, F.; MISHRA, S. Young Muslim women on the face veil (niqab): A tool of resistance in Europe but rejected in the United States. **International journal of cultural studies**, v. 13, n. 1, p. 43–62, 2010.

SINDIVESTE, S. DAS I. DO V. DO D. F. O Rei da Alta Costura: Como Luís XIV inventou a moda como a conhecemos. Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2016/09/72,97808/o-rei-da-alta-costura-com-o-luis-xiv-inventou-a-moda-como-a-conhecemos.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SOARES, E. Semana De Moda: Conheça o que é e as principais do mundo. Molde.Me, 4 abr. 2024.

TEAM, G. O. The History of Fashion Week, 2024. Disponível em: <https://glamobserver.com/the-history-of-fashion-week/>.

TICKNER, J. Ann. What is your research program? Some Feminist answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, 49, 2005, p. 1--21.

TITTON, M. Afterthought: Fashion, feminism and radical protest. **Fashion theory**, v. 23, n. 6, p. 747–756, 2019.